

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA  
ASCES-UNITA  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JOSÉ ALMIR DE SOUSA SILVA PEREIRA  
THAYS MALENA MOURA PEDROSA**

**O CAPACITASUAS/PE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO  
PERMANENTE: uma análise da execução da Asces-Unita**

Caruaru  
2017

JOSÉ ALMIR DE SOUSA SILVA PEREIRA  
THAYS MALENA MOURA PEDROSA

**O CAPACITASUAS/PE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO  
PERMANENTE: uma análise da execução da Asces-Unita**

Monografia de Conclusão de Curso,  
apresentada ao Centro Universitário Tabosa  
de Almeida ASCES-UNITA, como requisito  
parcial, para a obtenção do grau de bacharel  
em Serviço Social, sob orientação da  
Professora Me. Rosineide Gonçalves.

Caruaru

2017

## **BANCA EXAMINADORA**

**Aprovada em:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Presidente: Prof<sup>a</sup>. Me. Rosineide Gonçalves

---

Primeira avaliadora: Prof<sup>a</sup> Máisa dos Santos Farias

---

Segunda avaliadora: Vanessa Natalia dos Santos

## DEDICATÓRIA

*Dedicamos este trabalho aos nossos pais, que não mediram esforços para nos ajudarem a concluir com êxito este importante ciclo de nossas vidas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ele ter me ajudado até aqui me dando sabedoria para desenvolver este trabalho de grande importância na minha vida.

A minha família, em especial a minha mãe Mônica Fernanda, um exemplo de mulher guerreira, brava, e que batalha todos os dias para garantir condições melhores de vida para mim. Nos momentos de angústias ela soube me encorajar com aquele seu jeito que só ela sabe. Mesmo não entendendo muito, com suas palavras ela me deu apoio para seguir em frente na minha jornada acadêmica.

A minha maravilhosa orientadora Rosineide Gonçalves a qual eu chamo carinhosamente de Neide, e que tenho grande admiração por sua história de vida e luta, agradeço pela dedicação e paciência comigo, pelos bons momentos de risos, experiências trocadas ao longo dessa trajetória e por ter abraçado esse trabalho junto a mim.

A todos(as) os professores(as) do Curso de Serviço Social da ASCES-UNITA, por todos os incentivos.

Aos meus amigos(as), companheiros de turma que ao longo desses quatro anos, passamos diversos obstáculos, mas que nunca abaixamos a cabeça, seguimos em frente, e sempre juntos e unidos. Agradeço a todos vocês por terem proporcionado essa trajetória mais fácil, com momentos felizes e de grandes risadas. Foram momentos que nunca irei esquecer e vocês estarão sempre em meus pensamentos e no meu coração

A todos(as) os meus amigos(as) que de alguma forma me ajudaram e incentivaram minha trajetória acadêmica em especial, a (Gustavo, Gabriela, Clovis e Pedro) que sempre estiveram me ajudando de todas as formas a não desistir e contribuindo para que eu concluísse essa etapa da minha vida. Obrigado por tudo!

A todas(os) as profissionais entrevistadas da Rede Socioassistencial de Caruaru que contribuíram na minha pesquisa de campo.

A todos(as) aqueles que me ajudaram a chegar aonde eu cheguei eu chegasse até aqui. A luta continua e o sentimento é de gratidão pois trilho no caminho certo.

**José Almir**

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e por garantir saúde, força e discernimento para chegar ao fim desta etapa tão importante da minha vida.

A minha família pelo apoio emocional e financeiro, que me deixaram chegar até o fim, mesmo com tantas dificuldades.

A minha querida orientadora Rosineide Gonçalves, que despertou em mim desde as primeiras aulas o desejo de estudar a “história” de tudo. Agradeço a Deus por tua vida e peço vida longa a essa mulher guerreira, grandiosa em sua plenitude de ser humano e docente, és espelho de mulher para mim. Sou eternamente grata pelo incentivo, apoio e carinho.

Aos meus queridos amigos de turma, que me ensinaram o real sentido da coletividade, do pensar e agir em conjunto: vocês foram, são e serão pessoas que Deus colocou em minha vida para mais um propósito Dele. Agradeço por terem tornado esta jornada um pouco mais fácil, engraçada e feliz. Amo cada um de vocês imensamente.

As minhas amigas do ensino médio (Fernanda, Renata e Letícia) que de todas as formas me encorajaram desde o início não me deixando desanimar nem desistir de nada desta jornada. Vocês são estrelas que me iluminam e me acompanham a mais de sete anos. Obrigada por tudo!

Por fim, agradeço a todas(os) que de forma direta ou indireta contribuíram para mais uma conquista em minha vida. Sei que o caminho a partir de agora não será fácil, a luta será travada a partir deste momento. Sou feliz pela escolha que fiz, sei que estou no caminho certo e é isso que não me deixa desistir. O sentimento é de gratidão!!!

**Thays Pedrosa**

## RESUMO

A pesquisa intitulada: “O CapacitaSUAS/PE como Ferramenta de Educação Permanente: uma análise da execução da Asces-Unita” teve por objeto a estratégia de Educação Permanente ofertada para os(as) trabalhadores(as) do SUAS. Como objetivo geral buscou analisar o CapacitaSUAS/PE, executado pela Asces-Unita, como ferramenta da Educação Permanente para os/as trabalhadores(as) do SUAS do município de Caruaru, os objetivos específicos foram estabelecer a relação do CapacitaSUAS/PE com a Educação Permanente; Identificar os desafios e potencialidades do CapacitaSUAS/PE – Asces/Unita no processo da Educação Permanente e por último verificar a contribuição do CapacitaSUAS/PE para os/as trabalhadores/as do SUAS de Caruaru/PE. Sobre o processo da pesquisa, o estudo aqui proposto objetivou fazer uma descrição, numa perspectiva transversal, conhecer as situações que determinaram a implementação do processo de educação permanente que vem sendo implementado pela Asces-Unita e busca responder se após um ano de execução do Programa, de que forma o CapacitaSUAS/PE tem contribuído para a atuação qualificada dos profissionais da Assistência Social do município de Caruaru, na perspectiva da Educação Permanente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Assistência Social; CapacitaSUAS/PE; Educação Permanente

## **ABSTRACT**

The research entitled "The CapacitaSUAS / PE as a Tool for Lifelong Learning: an analysis of the implementation of Asces-Unita" aimed at the Permanent Education strategy offered to SUAS workers. As a general objective, was to analyze the Capacita SUAS / PE, implemented by Asces-Unita, as a tool of Permanent Education for SUAS workers in the city of Caruaru. The specific objectives were to establish the relationship between Capacita SUAS / PE and Permanent Education; identify the challenges and potential of CapacitaSUAS / PE - Asces / Unita in the process of Lifelong Education and finally check the contribution of CapacitaSUAS / PE to SUAS workers in Caruaru/PE. Regarding the research process, the study proposed here aims to give a description, in a cross-sectional perspective, the situations that determined the implementation of the process of permanent education that is being implemented by Asces-Unita and seeks to respond if after one year of execution of the Program , how the CapacitaSUAS / PE has contributed to the qualified performance of the Social Assistance professionals of the city of Caruaru, in the perspective of Permanent Education.

**KEYWORDS:** Social Assistance; CapacitaSUAS / PE; Permanent Education



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMUPE** – Associação Municipalista de Pernambuco;
- Asces-Unita** – Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Centro Universitário Tabosa de Almeida;
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada;
- CadSUAS** – Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social;
- CADÚNICO** – Cadastro Único dos Programas Federais;
- CAPD** – Centro de Atendimento a Pessoa com Deficiência;
- CAUD** - Centro de Atendimento a Usuários de Drogas;
- CensoSUAS** – Censo do Sistema Único da Assistência Social;
- CF** – Constituição Federal de 1988;
- CNAS** – Conferência Nacional de Assistência Social;
- CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social;
- COEGEMAS/PE** – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social;
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social;
- CREAS** – Centro de Referência de Especializado de Assistência Social;
- CREAS POP** - Centro de Referência de Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua;
- CREAS/MSE** - Centro de Referência de Especializado de Assistência Social de Medidas Socioeducativas;
- EaD**- Educação a Distância;
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- FONSEAS** - Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social;
- GEPAS/UFPE** – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social da Universidade Federal de Pernambuco;
- GPS** - Gerência de Projetos e Capacitação;
- IBGE** – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IES** – Instituição de Ensino Superior;
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

**LBA** – Legião Brasileira de Assistência;

**LEPPS** – Laboratório de Estudos Políticas e Práticas Sociais;

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social;

**MBA** - Master in Business Administration;

**MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social;

**MDSA** – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário;

**MEC** – Ministério da Educação;

**NOB-RH-SUAS** – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;

**ONG'S** – Organizações Não Governamentais;

**PAEFI** – Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;

**PAIF** – Serviço de Atendimento Integral à Família;

**PENEP/SUAS** – Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social;

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social;

**PRN** – Partido da Reconstrução Nacional;

**PSB** – Proteção Social Básica;

**PSE** – Proteção Social Especial;

**PT** – Partido dos Trabalhadores;

**RENEP** – Rede Nacional de Educação Permanente;

**RMA** – Relatório Mensal de Atendimento;

**RMR** – Região Metropolitana do Recife;

**SAD** – Secretaria de Administração

**SBPS** – Sistema Brasileiro de Proteção Social;

**SDSCJ** - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;

**SDSDH** – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;

**SEAS** - Secretaria Executiva da Assistência Social;

**SIGAS** – Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social;

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social;

**SUS** – Sistema Único de Saúde;

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso;

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas;

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** O gráfico representa a população em extrema pobreza por faixa etária segundo o censo demográfico de 2010 **36**

.....

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Critérios e quantitativos dos profissionais não entrevistados.....	<b>14</b>
<b>Tabela 2.</b>	Quantidade de CRAS no município de Caruaru.....	<b>37</b>
<b>Tabela 3.</b>	Quantidade de CREAS no município de Caruaru.....	<b>38</b>
<b>Tabela 4.</b>	Cursos previsto no CapacitaSUAS/PE e metas por curso.....	<b>56</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA SOCIAL E DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
1.1 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS – PNEP/SUAS .....	23
1.2 COMO FUNCIONA NA PRÁTICA A PNEP/SUAS? .....	28
1.3 PERCURSOS FORMATIVOS E AÇÕES DE FORMAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DA PNEP/SUAS .....	30
1.4 AÇÕES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA PNEP/SUAS.....	32
<b>CAPITULO 2 - DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ASCES-UNITA NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA CAPACITASUAS/PE .....</b>	<b>34</b>
2.1 PROCESSO DE EXECUÇÃO: PROBLEMAS E DIFICULDADES ENCONTRADOS E QUAIS AS AÇÕES SANEADORAS ADOTADAS PELA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA (ASCES-UNITA) ...	42
2.2 OS DESAFIOS DO CONTEXTO NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA .....	44
2.3 A MODALIDADE: OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM SERVIÇOS COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE .....	49
2.4 ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS .....	54
<b>CAPÍTULO 3 - O CAPACITASUAS/PE COMO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE .....</b>	<b>55</b>
3.1 PERFIL DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS).....	55
3.2 CONTRIBUIÇÕES DO CAPACITASUAS/PE PARA A ATUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS EM CARUARU.....	59
3.3 CONTRIBUIÇÕES DO CAPACITASUAS/PE PARA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objeto a estratégia de Educação Permanente ofertada para os(as) trabalhadores(as) do SUAS, vivenciado pela Asces-Unita na execução do programa CapacitaSUAS/PE. Essa ação é resultado do contrato entre a Instituição e o Governo de Pernambuco, por meio da Secretária de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ).

A Asces-Unita assumiu a execução do CapacitaSUAS em Pernambuco desde março de 2016 e iniciou as atividades de formação em junho do mesmo ano. Desde então vem realizando várias estratégias, quais sejam: cursos de extensão 40 horas, cujos conteúdos são definidos pelas diretrizes curriculares nacionais; cursos de EaD; oficinas de capacitação e serviço e seminários. Sendo os temas dos três últimos demandados pelos/as profissionais das equipes municipais em consultas realizadas durante os cursos de extensão.

O interesse pelo tema surgiu durante o estágio curricular no programa CapacitaSUAS, mais precisamente junto ao trabalho desenvolvido pelas técnicas sociais (assistentes sociais contratadas pelo programa) nas atividades de articulação, apoio pedagógico e organização da formação dos/as profissionais e na participação nos cursos de extensão de 40 horas.

Compreendendo a Educação Permanente como uma estratégia de enfrentamento a essas complexidades, o estudo aqui proposto buscou analisar o CapacitaSUAS/PE como ferramenta da Educação Permanente para os(as) trabalhadores(as) do SUAS de Caruaru. A importância do estudo reside na contribuição da pesquisa para sistematização de uma parte da experiência da Asces-Unita na execução de políticas sociais, por meio do curso de Serviço Social e seu Laboratório de Estudos Políticas e Práticas Sociais (LEPPS), bem como numa primeira abordagem avaliativa junto aos trabalhadores/as do SUAS buscando identificar as contribuições que as atividades de capacitação ofertadas no Programa na qualificação da prática profissional da rede socioassistencial de Caruaru.

Sobre o processo da pesquisa, o estudo aqui proposto objetivou fazer uma

descrição e, numa perspectiva transversal, conhecer as situações que determinaram a implementação do processo de educação permanente que vem sendo implementado pela Asces-Unita, por meio do contrato entre a referida instituição e a SDSCJ/Governo de Pernambuco, bem como quais as contribuições desse processo na prática dos(as) profissionais capacitados(as) no período de maio a dezembro de 2016, que foi iniciada a execução com a responsabilidade do Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita).

Nesse contexto, para a realização do estudo, iniciou-se por uma busca sobre as produções acadêmicas a respeito da educação permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), breve percurso sobre o contexto histórico da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) no contexto da Seguridade Social, pesquisa documental buscando compreender o contexto do surgimento da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS), seus princípios, diretrizes e objetivos. Analisou-se, ainda, os critérios de contratação do Governo do Estado pelos Termos de referência para licitação e o plano político pedagógico proposto apresentado pela Asces-Unita para a execução do programa CapacitaSUAS em Pernambuco.

No segundo momento, para atender aos propósitos previstos no terceiro capítulo cuja pergunta foi: após um ano de execução do Programa, de que forma o CapacitaSUAS/PE tem contribuído para a atuação qualificada dos profissionais da Assistência Social do município de Caruaru, na perspectiva da Educação Permanente, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturada com profissionais do SUAS que foram capacitados(as) pelo projeto CapacitaSUAS/PE.

Os sujeitos da pesquisa foram profissionais de nível superior que atuam na Assistência Social de Caruaru, e que participaram dos cursos de extensão de 40 horas ofertados pelo CapacitaSUAS/PE, no período de junho a dezembro de 2016, nas seguintes temáticas: Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica no SUAS; Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial; e Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS.



A escolha dos profissionais, público das três temáticas, justifica-se porque na abordagem dos mesmos estão inseridos(as) os três principais eixos da Assistência Social: Proteção; Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial. E a inserção das atividades com o período de junho a dezembro/2016 justifica-se porque permite entrevistar profissionais que realizaram a formação e já tiveram tempo de excussão dos serviços para analisar as contribuições da mesma na oferta dos serviços.

Ao analisar na prática o universo de profissionais a serem entrevistados, filtrando as três temáticas realizadas no período de junho a dezembro de 2016 foram identificadas a realização de 02 (duas) turmas de Proteção Social Básica, 01 (uma) turma de Proteção Social Especial e 02 (duas) turmas de Vigilância Socioassistencial, totalizando 23 (vinte e três) trabalhadores da rede SUAS do município de Caruaru.

Após a realização deste filtro nos relatórios disponibilizados pela equipe dos Técnicos de Informática do CapacitaSUAS da Asces-Unita, foi repassado via e-mail um convite para a participação por meio de entrevista presencial com quem ainda estivesse atuando na rede socioassistencial de Caruaru, foi estipulado um período de 15 (quinze) dias para retorno via e-mail para agendamento de local e data da entrevista.

Em seguida, após o tempo determinando, não recebemos retorno de nenhum dos endereços eletrônicos enviados, desta forma através da listagem dos cursistas, foi possível ter acesso aos contatos telefônicos de todos os participantes a serem entrevistados. Abaixo segue tabela demonstrativa dos profissionais que não foram entrevistados:

**Tabela 1.** Critérios e quantitativos dos profissionais não entrevistados

<b>CRITERIOS:</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
1) Não trabalha na rede SUAS:	4 pessoas;
2) Trabalha em outra cidade:	1 pessoa;
3) Sem contato:	6 pessoas;
4) Saiu após eleição:	1 pessoa;
5) Não se disponibilizou:	2 pessoas;

6) Equipe do CapacitaSUAS/PE:	3 pessoas;
<b>TOTAL:</b>	<b>17 Pessoas</b>

(Quadro elaborado pelos autores).

Por fim, vale aqui destacar que a escolha para análise dos dados coletados nos documentos e entrevistas está sob o julgo da análise qualitativa, considerada mais adequada para pesquisa social, pois não se detém a quantificar e sim a compreender as representações de determinados grupos sociais.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p. 21)

A escolha deve-se ao fato de ser um dos métodos de pesquisa social que permite aproximar o pesquisador da realidade em questão, estabelecendo uma relação direta com os “atores” dessa realidade social estudada.

## **CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA SOCIAL E DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

A discussão travada no campo teórico coloca a concepção a respeito do surgimento da Política Social sob diferentes perspectivas, para a maior parte dos autores, elas são respostas do Estado ao enfrentamento das desigualdades sociais. Conforme afirma Demo:

As Políticas Sociais são propostas planejadas pelo estado para o enfrentamento das desigualdades sociais. Pressupõe uma iniciativa expressa e organizada, não de ações paralelas, intermitentes e casuais; trata-se de enfrentamento, por que entre iguais e desiguais a relação mais típica é a do confronto dialético, no sentido da unidade dos contrários; supõe planejamento, ou seja a percepção de que é possível intervir no processo histórico, não deixando acontecer à revelia (DEMO, 2005, p.14).

Para Faleiros o surgimento das políticas sociais é, entre outras coisas, fruto da pressão exercida pela classe trabalhadora, portanto são conquistas da mesma e são, também, mecanismo de controle sobre a mesma classe.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação de elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza dos direitos do cidadão (FALEIROS, 2004).

Na perspectiva crítica, adotada pelo Serviço Social, os fenômenos são resultados de um conjunto de determinações. Para Behring (2011) a política social é processo e resultado:

A política social precisa ser analisada como processo e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência.

Portanto, também é possível analisar as políticas sociais como realizações do Estado para a minimização da questão social, funcionando como instrumentos de intervenção frente às situações de pobreza e vulnerabilidade provocadas pela desigualdade social.

Desta forma mais ampla é possível identificar que a classe trabalhadora a partir de sua luta, resistência e pressão no Estado, conseguiu ampliar os direitos sociais, forçando o mesmo a pensar a sua atuação no âmbito do capitalismo. Neste contexto, compreende-se que o Estado deve garantir políticas públicas que atendam necessidades da sociedade, exercendo o papel de mediador de conflitos.

No Brasil, as políticas sociais mais estruturadas vieram a partir da década de 1980, no contexto da redemocratização do Estado, ou seja, em meio ao processo de luta e organização dos movimentos sociais para a efetivação do estado democrático. No período que vai de 1980 a 1990 o país encarou uma extensa agenda de reformas no que se refere à atuação do Estado, que apresentou como resultado mudanças significativas no perfil do Sistema Brasileiro de Proteção Social<sup>1</sup> (SBPS).

Ao analisar a Proteção Social é importante destacar que é uma política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. É uma política que se difere pela sua ação, ou seja, ela é propriamente voltada as condições de reprodução social, que busca a restauração do modelo de trabalho humano definido em volta do capitalismo instalado fortemente na sociedade (SPOSATI, 2013).

Portanto, Proteção Social é um conceito que abarca as formas institucionais que o Estado promove para proteger o conjunto dos cidadãos, um sistema de proteção contra riscos sociais que comprometem as condições de vida. A proteção social parte do Estado na perspectiva da política social, sob condições históricas particulares, conforme o desenvolvimento do capitalismo em cada situação e suas contradições (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Vale destacar que cada país pode ter sua forma diferente de responder a vulnerabilidade social de seus cidadãos. No Brasil, por exemplo, a proteção social se estrutura basicamente através da seguridade social em três eixos: saúde,

---

<sup>1</sup>Refere-se à intervenção estatal, por meio da regulação econômica visando garantir políticas sociais, contribuindo com a ampliação das atribuições do Estado, passando a constituir um sistema de proteção do cidadão com o objetivo de dar respostas às expressões da “questão social”. (PIANA, 2009)

previdência e assistência social.

No que diz respeito a Assistência Social, parte do objeto desse estudo, cabe analisar o seu processo histórico de criação, para compreender que não foi sempre assim, ou seja, a sua inserção no tripé da Seguridade Social é resultado de um processo instalado após a Constituição de 1988. A sua gênese e desenvolvimento no Brasil é construída no contexto da caridade e sem a coordenação do Estado.

No país, na era Vargas na década de 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma, a pobreza era tratada como disfunção individual (LONARDONE *et al.*, 2006).

Somente em 1938 com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS que se instaura a primeira regulação da assistência social no Brasil. Segundo Mestriner (2001, p.57-58):

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia.

Desta forma, é nesse momento que se entrelaçam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é dado como uma concepção de assistência social, porém identificado ainda como caridade

Portanto, foi através do CNSS a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social (LONARDONE *et al.*, 2006).

A primeira ampla instituição de assistência social será a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que tem sua origem marcada pela presença das mulheres e pelo

patriotismo. Segundo Sposati (2004, p.19):

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi patenteada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar praticinhas brasileiras da Força Expedicionária Brasileira – FEB, combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A ideia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação.

Assim, compreende-se que o intuito inicial da LBA era de atuar como legião de ajuda as famílias dos soldados enviados na Segunda Guerra Mundial, em outubro de 1942, a LBA torna-se uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”. Neste momento a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania (SPOSATI, 2004).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), assegurava através de estatuto sua presidência às primeiras damas da República, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo junto à assistência social que estende sua ação às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas (LONARDONE *et al.*, 2006).

A partir de então, a legião será a instituição a se firmar na área social, e sua ação assistencial será implementada no sentido de dar apoio político ao governo, dessa forma desenvolveria novas funções, a LBA busca auxílio junto às escolas de serviço social especializadas. Dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois, a legião precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos na área social e o serviço social estava se firmando e precisava se legitimar enquanto profissão (MESTRINER, 2001).

Em 1969, a Legião Brasileira de Assistência é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas. Após este período, de 1977 até 1991 várias mudanças foram acontecendo na estrutura da LBA. Em 1991, sob a gestão de Roseane Collor, denúncias foram realizadas sobre esquemas de desvios de verbas dentro da Legião Brasileira de Assistência, e em 1º de janeiro de 1995, foi publicada no primeiro dia em que assumiu o governo o

Presidente Fernando Henrique Cardoso a extinção da LBA (MESTRINER, 2001).

A partir de então, a assistência social deixa de ser simplesmente filantrópica fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, mas:

A criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setORIZADA, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje. (MESTRINER, 2001, p.170).

Assim, pelo binômio repressão x assistência, o Estado mantém apoio às instituições sociais. A questão social toma maior visibilidade com o fim da repressão, proporcionando um campo fértil para o desenvolvimento dos movimentos sociais, que com poder de pressão almejam legitimar suas demandas proporcionando visibilidade à assistência social ao lado das demais políticas públicas como estratégia privilegiada de enfrentamento da questão social, objetivando a diminuição das desigualdades sociais (LONARDONE *et al.*, 2006).

Acontece uma mudança dessa lógica onde foi forjada no contexto das lutas sociais a redemocratização do país na década de 1980, onde neste período e outras políticas sociais, foram pautadas pela sociedade no contexto da Assembleia Constituinte e posterior promulgação da Constituição Federal de 1988, a tão aclamada Constituição Cidadã. Nela, a inserção da assistência social como uma das políticas do tripé da Seguridade Social<sup>2</sup> teve o propósito de garantir a proteção social de quem dela necessitasse, sendo afirmada como um dever do Estado e direito de cidadania (FREITAS, 2017).

Portanto, é necessário compreender a Constituição Federal de 1988 como marco histórico determinante para a mudança do comportamento do Estado frente aos problemas da sociedade, alargando assim o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social como responsabilidade estatal, com impactos relevantes no desenho das políticas sociais, à definição dos beneficiários e dos benefícios (IPEA, 2005).

---

<sup>2</sup> A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

A ampliação das intervenções sociais reconhecidas após a Constituição Federal de 1988 como responsabilidades do Estado, implicaram significativamente na expansão do fazer público para sociedade (PIANA, 2009). Tendo como princípio básico de proteção social, a articulação e agregação das políticas de previdência social, assistência social e saúde sob a responsabilidade de execução do Estado. Para Sposati,

A proteção social no Brasil está inserida na concepção de seguridade social, isto é, no conjunto de seguranças sociais que uma sociedade, de forma solidária, garante a seus membros. Portanto, a centralidade está no processo histórico de cada sociedade e nele o trânsito pelo qual determinadas condições sociais de dignidade e sobrevivência são asseguradas enquanto um direito social universal (SPOSATI, 2013, p. 663).

Conforme já afirmado acima, embora a Seguridade contemple as três políticas, neste trabalho dedica-se olhar mais aprofundado sobre a assistência social<sup>3</sup> como política garantidora de direitos, cuja responsabilidade por sua garantia é do Estado. A importância disso reside no fato de, após ser inserida na perspectiva de direito foi necessário buscar, numa luta diária, a desvinculação constante do assistencialismo e/ou da caridade.

A fim de melhor compreendê-la, é importante destacar que o marco legal de instituição dessa política foi a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, após cinco anos da promulgação da Constituição. Isso ocorreu, durante o governo de Itamar Franco, eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Itamar Franco substituiu Fernando Collor de Melo em 1992, após a renúncia do mesmo para evitar a condenação pelo Impeachment no Senado Federal. Tendo sido o segundo presidente após a abertura democrática, ou seja, após a abertura para eleições diretas para presidente, Itamar herdou no seu governo uma sociedade mobilizada e participando das lutas sociais e espaços de participação social na discussão das políticas públicas, como as conferências que buscavam a

---

<sup>3</sup> Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações e de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (BRASIL, 1993).



consolidação das conquistas aprovadas na Constituição de 1988.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi a primeira legislação que regulamentou a Assistência Social como política pública e inaugurou iniciativas de assistência social como direito, mas o contexto de ofensiva do capital vivenciado na década de 1990, não permitiu muita agilidade na implementação de uma política de estado. As mudanças na lógica de assistência como direito começaram, embora ainda bastante tímidas e inseridas numa organização de programas de governo, a exemplo do intitulado Comunidade Solidária<sup>4</sup>, com a responsabilidade da execução pelas organizações do terceiro setor. Contudo, nada desse movimento retira a importância da LOAS, pois foi essencial para que, mais a diante fosse instituída a Política.

[...] marcada pelo cunho civilizatório presente na consagração de direitos sociais, o que vai exigir que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, a LOAS inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, (portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população (COUTO, YASBEK, OZANIRA, 2013, p. 57).

A luta pela consolidação da LOAS como política de Estado era permanente e foi travada no âmbito das Conferências de Assistência Social ocorridas ao longo dos onze anos de intervalo entre a promulgação da LOAS e a Instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio da resolução de nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a responsabilidade pela universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004).

---

<sup>4</sup>Instrumento de organização das políticas sociais no governo Fernando Henrique Cardoso o programa comunidade solidária. Sua atuação está voltado para alteração da forma de gerenciamento dos programas já existentes por meio da participação mais intensa da sociedade civil e da maior integração operacional entre os diversos órgãos de Governo Federal dos estados e municípios (MATARAZZO, NETO).

Ao considerar os quase vinte e quatro anos de promulgação da LOAS referente as condições políticas e institucionais, observa-se os avanços conquistados pela sociedade brasileira na consolidação da assistência social como política de direito do cidadão e dever do Estado, materializado pela PNAS. Esse processo ocorre no âmbito do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores - PT, que foi forjado no mesmo ambiente de luta pela redemocratização do Brasil e tem, na sua militância uma importante presença de profissionais do Serviço Social e defensores da Assistência Social como direito.

A conquista da Política Nacional de Assistência Social é reflexo da necessidade de efetivar como política pública a Assistência Social, que ainda por muitas vezes, apesar de uma efetivação Estatal é confundida com assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada condiz com as políticas públicas e com o acordo do Estado com a sociedade. Analisando a sua trajetória, iniciada nos anos 30, o saber acumulado carrega em sua marca a cultura da ajuda e da responsabilização do sujeito pela situação de pobreza e exclusão. Por isso, a necessidade de trabalhar os processos formativos numa outra lógica que contribua com a perspectiva do direito.

### **1.1 Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS**

A consolidação da Assistência Social como política pública e direito social segue encarando vários desafios, um deles com caráter de urgência era a implementação de um Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que veio como pauta principal na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003 em Brasília/DF e tinha como tema: Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania – LOAS 10 anos (BRASIL, 2013, p. 8).

Nesta conferência foi aprovado o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais o qual contribuiu para a agenda do trabalho e dos trabalhadores na Assistência Social. Essa Agenda oportunizou outros três importantes debates, o primeiro era a elaboração e implantação de uma “Política Nacional de Capacitação”, a segunda a

ampliação de trabalhadores por meio de concursos públicos para garantia de fortalecimento da classe trabalhadora da política de assistência e por último e não menos importante a implementação do plano de carreira, cargos e salários. No mesmo ambiente também se tratou a importância de fortalecer a política de Assistência Social pela elaboração de uma Norma Operacional Básica (NOB) específica ao tema dos recursos humanos (BRASIL, 2013).

Importante destacar que a existência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) era condição essencial da LOAS para dar efetividade a assistência social como política pública, já que seu principal objetivo é a gestão da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, definindo modelo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar passaram a operar a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social (BRASIL, 2013).

A consolidação do SUAS afirma a execução da política de assistência pelos municípios e demanda, entre outras coisas, um processo permanente de educação que considere a riqueza da aprendizagem adquirida na prática do cotidiano, não apenas como espaço de desafios, mas de criatividade, isto é, de possibilidades de criar e recriar mediações, instrumentos e técnicas, espaço de investigar e intervir, de ter um olhar crítico e, espaço onde se afirmar ou se nega o compromisso profissional com a transformação social, que se expressa na atuação qualificada objetivando tal finalidade e, portanto, a dimensão teleológica desse exercício profissional (BRASIL, 2013).

A necessidade de implementação de ações que capacitem os trabalhadores do SUAS para uma execução qualificada, afastando-o cada vez mais das características iniciais de assistencialismo e caridade é fato. Conforme afirma Freitas (2017, p. 17):

É no contexto de debate político que os trabalhadores da assistência social apontam a necessidade de uma política de capacitação que se diferencie das antigas práticas caritativas, garantindo a qualidade dos serviços prestados de acordo com o novo caráter da assistência social como um dever do Estado a garantia de prestar um direito ao cidadão, além de buscar a valorização do trabalho nessa área que foi historicamente desvalorizada.

Nesse contexto, encontra-se a Política de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS (2013), voltada para qualificar os(as) trabalhadores(as) do SUAS, com princípios e diretrizes para aprimorar os serviços prestados por essa política como dever do Estado. A assistência social constituiu-se, portanto, de uma rede integrada que oferta serviços de proteção socioassistenciais e que deve garantir a qualidade desses serviços, para que se efetive o direito à proteção social (FREITAS, 2017).

Assim, é importante destacar o porquê da necessidade de uma Educação Permanente no SUAS, tema que foi debatido em várias conferências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a partir da compreensão que antes da PNEP a Assistência Social tinha rigorosas limitações, entre as quais se destaca o caráter fragmentado e não continuado das ações de capacitação e formação. Era necessário que as ações de capacitação e formação fossem sistematizadas e continuadas, conforme diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), quais sejam:

- a) orientar o planejamento e a oferta das ações de formação e capacitação sob a perspectiva político-pedagógica da Educação Permanente e sob os princípios da interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da historicidade;
- b) descentralizar atribuições relacionadas à realização de diagnósticos de necessidades de formação e ao planejamento, formatação e oferta de ações de formação e capacitação, garantindo, ao mesmo tempo, respeito à diversidade regional e à unidade nacional do processo de qualificação;
- c) fundar o planejamento instrucional sobre efetivos diagnósticos de necessidades de formação e capacitação, centrando-os nos problemas e questões que emergem dos processos de trabalho;
- d) desenvolver as capacidades e competências necessárias e essenciais à melhoria da qualidade da gestão, dos serviços e benefícios ofertados e do atendimento dispensado à população;
- e) promover a oferta sistemática e continuada de ações de formação e capacitação de diferentes tipos e modalidades, que possibilitem aos trabalhadores e conselheiros explorarem diferentes percursos formativos;
- f) incluir o conjunto de trabalhadores e agentes públicos e sociais envolvidos na gestão descentralizada e participativa do SUAS e no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- g) permitir o aprimoramento permanente por meio do monitoramento e avaliação das ações implementadas (BRASIL, 2013 p. 25, 26).

Conforme pode ser observado, a perspectiva adotada na PNEP, é pautada no compromisso com um processo permanente de planejamento, execução e avaliação de processos formativos, pautado nas especificidades territoriais e que qualifiquem os serviços ofertados pelo SUAS.

A ótica retrospectiva sobre essa criação histórica é que permite formular nos dias de hoje respostas diversas já experimentadas que colocam melhores condições na execução da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) e que ajudará a executar, na perspectiva da elaboração e da disseminação de conhecimentos, habilidades e ações que promovam a qualificação das diferentes dimensões da gestão, da implementação e do controle social do SUAS (BRASIL, 2013).

A educação permanente pode contribuir, portanto, com uma inserção e permanência qualificada dos profissionais do SUAS no mercado de trabalho contemporâneo, e uma perspectiva de formação crítica, construindo práticas emancipatórias da classe trabalhadora, caminhando junto com a defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e na construção de uma nova sociabilidade. Saber definir para quem e para que são feitas essas contribuições, é um dos principais focos da execução da PNEP. Sobre isso, afirma Guerra:

A definição sobre o que e como fazer tem que ser articulado ao porque fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao para que fazer (indicando as finalidades teleologia do sujeito profissional) ao com o que fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema (s) de mediações) (GUERRA, 2011, p. 49).

A partir da perspectiva defendida pelo autor, portanto, a formação ofertada pela PNEP precisa contribuir com os(as) profissionais para que tenham capacidade crítica e saibam definir para quem e para que são feitas as contribuições e serviços ofertados na Assistência para que o(a) profissional conheça e estabeleça a relação da sua funcionalidade com o fazer profissional.

De acordo com o que é previsto na PNEP as ações de capacitação e formação são destinadas aos trabalhadores(as) do SUAS que possuam Ensino Fundamental, Médio e Superior que operam na rede socioassistencial governamental, bem como para profissionais que atuam nas organizações não

governamentais, também a gestores(as) e agentes de controle social na função de suas capacidades e responsabilidades.

Para dar conta dessa ação a PNEP prevê como objetivo geral:

Institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação (BRASIL, 2013, p. 27).

Quanto aos objetivos específicos a PNEP prevê que seja desenvolvido junto a trabalhadores(as) do SUAS:

- a) Desenvolver junto aos trabalhadores e conselheiros condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços;
- b) **Desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais** (*grifo nosso*);
- c) Desenvolver junto aos conselheiros da Assistência Social as competências e capacidades requeridas para a melhoria contínua da qualidade do controle social e da gestão participativa do SUAS;
- d) Instituir mecanismos institucionais que permitam descentralizar para estados, municípios e Distrito Federal atribuições relacionadas ao planejamento, oferta e implementação de ações de formação e capacitação;
- e) Instituir mecanismos institucionais que permitam a participação dos trabalhadores e dos usuários do SUAS, dos conselheiros da Assistência Social e das instituições de ensino, as quais formam a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, nos processos de formulação de diagnósticos de necessidades, planejamento e implementação das ações de formação e capacitação;
- f) **Criar mecanismos que gerem aproximações entre as manifestações dos usuários e o conteúdo das ações de capacitação e formação** (*grifo nosso*);
- g) **Ofertar aos trabalhadores Percursos Formativos e ações de formação e capacitação adequados às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS** (*grifo nosso*);
- h) Ofertar aos conselheiros de Assistência Social Percursos Formativos e ações de formação e capacitação adequadas às qualificações requeridas ao exercício do controle social;
- i) Criar meios e mecanismos de ensino e aprendizagem que permitam o aprendizado contínuo e permanente dos trabalhadores do SUAS nos diferentes contextos e por meio da experiência no trabalho;

j) Criar meios e mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino, da pesquisa e da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à contínua e permanente melhoria da qualidade do SUAS.

k) Consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social a partir da aproximação entre a gestão do SUAS, o provimento dos serviços e benefícios e instituições de ensino, pesquisa e extensão, potencializando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos.

## 1.2 Como funciona na prática a PNEP/SUAS?

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - PNEP/SUAS, em sua configuração, apresenta-se enquanto conjuntos, são eles os nortes para sua execução na capacitação continuada dos trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social. São conjuntos de mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais e organizativos relacionados ao planejamento, operacionalização e efetivação das perspectivas político-pedagógica da Educação Permanente do SUAS (BRASIL, 2013).

Por educação permanente a PNEP define:

Constitui-se no processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social (BRASIL, 2013, p. 99).

Conforme pode ser observado, o conceito de educação permanente incorporado pela PNEP se apoia nas diretrizes propostas pela Norma Operacional Básica (NOB-RH/SUAS)<sup>5</sup> de 2006 e tem como estímulo a demanda para que se

---

<sup>5</sup> A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social. [...] as diretrizes da NOB-RH/SUAS orientam a ação de gestores das três esferas de

aprove uma política crítica que vise valorizar os(as) profissionais e compreender em que contexto histórico o trabalho está inserido.

Na perspectiva de implementar uma legislação que enfrentasse as condições de trabalho precarizados(as) profissionais da Assistência Social, a NOB-RH-SUAS defende a construção de equipes de referência, que respeitem o concurso público como forma de contratação dessas equipes, pois essa discussão de concurso público e de flexibilização tem a ver com a permanência e qualidade das equipes de referência, a não realização pelos municípios provocam um grande prejuízo a PNEP.

Vale destacar que na discussão sobre a precarização do trabalho no SUAS a NOB-RH/SUAS analisa as atuais mudanças sofridas no mundo do trabalho, como resultado da imposição de uma lógica defendida pelo capital, ou seja, o sistema de trabalho está inserido na forma de produção do trabalho no sistema capitalista e os(as) trabalhadores(as) da assistência social são fortemente atingidos, pois sua dimensão estrutural ocorre pela flexibilização das relações de trabalho.

Na visão de Pochmann (2002), a constatação dos altos índices de desemprego estrutural, altas taxas de exclusão social e desigualdade expressam parte da crise pela qual passa o capitalismo atualmente, ao mesmo tempo em que reitera que o desemprego, a exclusão social e a desigualdade são componentes necessários para manutenção da forma de produção, reprodução e acumulação capitalista.

Nesta perspectiva de qualificação do trabalho, observa-se as atividades de formação ofertadas pela PNEP/SUAS de caráter, também, de informação na atualização de normas e regras das suas diretrizes em nível nacional, distrital, estadual e municipal que deverão ser socializadas nos mais diversos espaços de sua execução. O planejamento das ações de formação e capacitação, com acompanhamento, realiza-se mediante socialização e disseminação das informações e conhecimentos produzidos, assim validados em certificados para cada trabalhador(a) participante que cumprir corretamente as exigências das capacitações (BRASIL, 2013).

---

governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social que, cotidianamente, lidam com os desafios para a implantação do SUAS. (MDS, 2011).



Como forma de execução a PNEP/SUAS, prevê o arranjo de uma Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (RENEP/SUAS) que é composta por Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, escolas de Governo e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Elas se organizam em metas propostas na preparação de diagnósticos de necessidades de qualificação, no planejamento institucional de ações de formação e capacitação, estruturação de núcleos de pesquisa dedicados a diferentes temas relacionados ao SUAS, na oferta e execução de ações de formação e capacitação nas diretrizes propostas na Política (BRASIL, 2015).

As informações organizadas em sistemas como CadSUAS e CensoSUAS são importantes instrumentos que subsidiam a rede, ao incluir todos os níveis de gestão, servindo como alicerce de informações que consubstanciam o planejamento, monitoramento e a avaliação. Utilizam-se também como base de informações ao possibilitar o acompanhamento da formação e capacitação de trabalhadores(as), gestores(as) e conselheiros(as). Ou seja, são instrumentos de suma importância para o planejamento de ações que se relacionam com a gestão do trabalho e a Educação Permanente do SUAS (BRASIL, 2015).

### **1.3 Percursos Formativos e Ações de Formação de Capacitação da PNEP/SUAS**

De acordo com os processos de implementação e operacionalização desta Política poderão ser utilizadas as modalidades de educação presencial e a distância (EaD) para sua execução. Deste modo, recomenda-se pelo documento da PNEP (2013) que na oferta de ações de formação e capacitação de média e longa duração pela modalidade de Ensino a Distância (EaD) sejam e realizados encontros presenciais com o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, via participação no fórum e chat de debates pré-estabelecidos para os cursistas (BRASIL, 2013).

Independentemente da modalidade, as ações de formação e capacitação compreendidas nessa Política, serão organizadas e ofertadas segundo a noção de

Percurso Formativos<sup>6</sup>, que são pautadas no trabalho do SUAS alocados e mobilizados e que encontram-se organizados em torno de três diferentes temas: Percurso Formativo – Gestão do SUAS; Percurso Formativo – Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Percurso Formativo – Controle Social do SUAS (BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com o que prevê a PNEP (2013), as ações formativas são definidas de acordo com cada Estado que irá desenvolver o programa CapacitaSUAS podem ser de caráter: Introdutória, de Atualização e de Supervisão Técnica.

A **Capacitação Introdutória** se destina a trabalhadores(as) e conselheiros(as) com qualquer nível de formação, com carga horária entre 20 e 40 horas/aula e tem como objetivo fazer o nivelamento das competências básicas para o desempenho das três funções do trabalho no SUAS, quais sejam: gestão do SUAS, Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Controle Social ou de apenas uma especificamente (BRASIL, 2013).

A **Capacitação de Atualização** é direcionada a trabalhadores(as) e conselheiros(as) com qualquer nível de formação, carga horária entre 40 e 100 horas/aula e tem como finalidade atualizar e propiciar aos sujeitos que dela participem competências indispensáveis ao trabalho no SUAS (BRASIL, 2013).

A **Supervisão Técnica** realizará ações de capacitação em serviço para profissionais de diferentes níveis de formação e função que compõem uma mesma área de responsabilidade, visando dar apoio e acompanhamento às equipes de trabalho na gestão do SUAS e no provimento de serviços e benefícios socioassistenciais. Essa Supervisão promoverá a mobilização e participação das equipes de trabalho e gestores(as) para tratar demandas referentes aos processos

---

<sup>6</sup> A noção de Percurso Formativo corresponde ao conceito de trilha de aprendizagem. Esse conceito evidencia uma forma de desenvolvimento de competências profissionais na qual o percurso ou trilha construída pelo participante para o seu desenvolvimento profissional resultam, de um lado, das suas próprias conveniências, necessidades e aspirações profissionais; e de outro lado, das necessidades da organização na qual trabalha, da avaliação do seu desempenho na realização da função e das atividades que lhes são incumbidas, das competências que já possui e das que necessita desenvolver (BRASIL, 2013, p. 42)

de trabalho e atuação profissional, realizando estudos e reflexões das questões e/ou problemas a fim de viabilizar alternativas que deem respostas às demandas que surgem no trabalho no âmbito do SUAS (BRASIL, 2013).

#### **1.4 Ações de formação e capacitação da PNEP/SUAS**

Nas ações de formação da PNEP/SUAS são seguidas as diretrizes legais do Ministério da Educação - MEC. São elas: **Formação Técnica de Nível Médio, Aperfeiçoamento, Especialização e Mestrado.**

A **Formação Técnica de nível médio** é executada com característica de longa duração, ou seja, com carga horária de 1.800 horas/aula. Ela é destinada aos trabalhadores(as) de nível médio e tem por finalidade qualificá-los em suas atribuições profissionais no âmbito do SUAS (BRASIL, 2013).

A ação de **Aperfeiçoamento** destina-se a trabalhadores(as) e conselheiros(as) que tenham nível superior, carga horária de 180 horas/aula e tem como propósito formar os sujeitos, dotando-os(as) de habilidades e competências fundamentais para o desenvolvimento das três funções formativas essenciais, quais sejam: gestão do SUAS, provimentos de serviços e benefícios socioassistenciais, e controle do SUAS (BRASIL, 2013).

A ação de **Especialização** no SUAS também é voltada aos trabalhadores(as) e conselheiros(as) de nível superior, carga horária mínima de 360 horas/aula de duração, visando aquisição de novas competências de acordo com a área específica do conhecimento e fomentarão pesquisas para o aprimoramento do trabalho no SUAS (PNEP, 2013).

Outra etapa de capacitação do SUAS é o **Mestrado**. Nesta também se exige formação superior, com característica de longa duração (dois anos) e tem como finalidade aprofundar estudos e elaborar pesquisas que respondam as demandas cotidianas e contribua para o aprimoramento e construção de respostas para as questões diárias que surgem no trabalho no SUAS (PNEP, 2013).

No que se refere à **certificação**, todos os participantes dos cursos de formação e capacitação da PNEP terão direito a certificado e inclusão dos percursos

formativos em sua progressão funcional (PNEP, 2013).

## **CAPITULO 2 - Desafios e potencialidades da Asces-Unita na execução do Programa CapacitaSUAS/PE**

Conforme preconizado no segundo objetivo desta pesquisa, neste capítulo será observado quais os principais desafios encontrados pela executora Centro Universitário Tabosa de Almeida Asces-Unita para a execução do Programa CapacitaSUAS<sup>7</sup>, no processo de implementação das atividades de formação. A pertinência desse momento reside na importância de elaborar uma primeira sistematização da experiência da Instituição, como membro da Rede Nacional de Educação Permanente (RENEP) e executora do CapacitaSUAS.

A Asces-Unita é uma instituição de ensino superior e técnico, cuja natureza jurídica é de uma associação sem fins econômicos, com título de Entidade Comunitária localizada em Caruaru por cerca de 56 anos. A Asces-Unita tem dezoito cursos consolidados de graduação, são eles: Administração Pública, Biomedicina, Ciência Política, Direito, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Jornalismo, Nutrição, Odontologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva e Serviço Social (ASCES-UNITA, 2017).

Ainda no critério de formação, a instituição também dispõe de seis cursos técnicos, são eles: Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Estética, Técnico em Enfermagem, Técnico em Massoterapia, Técnico em Farmácia e Técnico em Citopatologia, como também Pós-Graduações nas áreas de Saúde, Ciências Humanas/Sociais, Engenharias e MBA (ASCES-UNITA, 2017)

A fim de melhor situar a IES vale destacar um pouco as informações quanto a cidade de Caruaru. Situado no agreste pernambucano, tem uma população de cerca de 356.128 habitantes (IBGE, 2017). E, atualmente, destaca-se como o mais

---

<sup>7</sup>Nome dado pela PNEP ao Programa de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS no Estado de Pernambuco, coordenado no âmbito federal pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e no Estado de Pernambuco, pela Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude – SDSCJ.

importante polo econômico, serviços médico-hospitalar, acadêmico, cultural e turístico do Agreste, sendo também famosa por sua tradicional feira livre, conhecida por todo Brasil e engrandecida nos versos do compositor Onildo Almeida e na voz do eterno Rei do Baião, Luiz Gonzaga do Nascimento (PREFEITURA DE CARUARU, 2017).

Caruaru contém em um de seus bairros (Alto do Moura), o Maior Centro de Artes Figurativas da América Latina, título recebido pela Organização das Nações Unidas (Unesco), como condecoração de uma história que vem desde a década de 40 do século passado por Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino, ceramista que através da criação engenhosa de bonecos de barro, vem perpetuando sua arte seja pelos seus familiares, seja por meio dos seus vários discípulos, representando gerações de artesãos (PREFEITURA DE CARUARU, 2017).

É uma das principais cidades do interior de Pernambuco e que primeiro criou iniciativas de educação superior, dentre as quais o projeto universitário iniciado ainda na década de 1950 que deu origem a Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces), hoje Asces-Unita. Contudo, como todas as cidades de médio e grande porte reúne um conjunto de problemas resultados de situações de pobreza e exclusão social, tão expressados nas manifestações da questão social<sup>8</sup> (ASCES-UNITA, 2017).

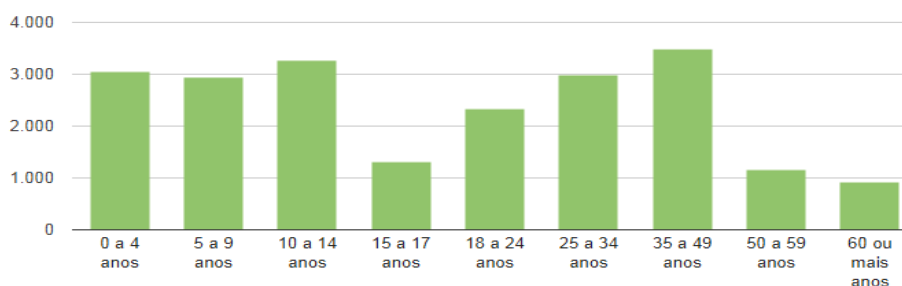
Desta forma, observa-se de acordo com os Relatórios de Programas e Ações 2017 do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) a situação de extrema pobreza da cidade de Caruaru, que é de 21.382 pessoas. Conforme classificação por faixa etária no gráfico a seguir:

---

<sup>8</sup> A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Diante disso, compreende-se que a referida questão está intimamente relacionada ao sistema de produção capitalista, o qual engendra as desigualdades sociais. (NETO, 2001)

## Grafico 01

POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE 2010



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010)

Neste viés no que se trata de Cadastro Único, Caruaru comporta cadastrados 56.929 famílias até o mês de outubro de 2017. Já beneficiados do Programa Bolsa Família, cerca de 29% desta população recebem transferência de renda que é equivalente a 28.038 famílias (BRASIL, 2017).

Outra forte expressão da Questão Social na cidade de Caruaru é o desemprego que aumentou cerca de 45% em relação ao ano de 2016, conforme destaca a reportagem do G1 Caruaru e Região:

Ainda no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no acumulado do ano (janeiro e fevereiro de 2017), agora são 1.043 postos desativados. Nos últimos doze meses já são 3.581 postos desativados. Os setores mais afetados, são o comércio com 37%, em segundo a construção civil com 20%, em terceiro o setor de serviços com 18% e em quarto a indústria com 12%.

Para fazer frente a esse conjunto complexo de problemas de uma cidade com o porte de Caruaru, a cidade é contemplada, entre outras políticas, pela a da Assistência Social com serviços da proteção social como: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, bem como serviço de Acolhimento Institucional (Albergue), Acolhimento para Criança e Adolescente, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Conselho Tutelar, Centro de Atendimento a Usuários de Drogas (CAUD) e o Centro de Atendimento a Pessoa com Deficiência (CAPD).

Quanto a importância da rede de assistência social Berenice Couto (2004) afirma que os serviços articulados em rede pelo SUAS, buscam garantir qualidade no acesso ao direito e enfrentar o grande desafio de romper com a cultura instalada na sociedade brasileira sobre a pobreza, baseando-a num pensamento conservador, não permitindo a entrada de uma cultura de direitos sociais.

Engendrar uma organização da política dividindo-a em proteção social básica e especial delimita com clareza o campo no qual é preciso construir respostas. A tentativa de romper com os serviços por seguimentos e realinhar uma rede de prestação de serviço articulada às necessidades sociais é uma tentativa de redefinir a rede Socioassistencial e repensa-la. (BRASIL, 2009)

Nessa direção, Caruaru hoje é composta por 10 (dez) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS que é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica<sup>9</sup> do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social de Caruaru. Dada sua estrutura nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do sistema, ou seja, é uma unidade que propicia o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2017).

**Tabela 2.** Quantidade de CRAS no município de Caruaru

<b>CRAS- RENDEIRAS DO CEDRO</b> Endereço: Rua do Cedro, 520-Cedro Telefone: 3719.2793	<b>CRAS BONANÇA</b> Endereço: Rua do Pacífico, 327- Santa Rosa. Telefone: 3722.5363
<b>CRAS TAQUARA</b> - Endereço: Vila N.Sra. das Graças, 378- Taquara de Baixo Telefone: 3722.9517	<b>CRAS ITAÚNA</b> Endereço: Vila Itaúna, s/n-2º Distrito Telefone: 3711.6031
<b>CRAS JOÃO MOTA</b> - Endereço: rua São Nicolau, 126- João Mota. Telefone: 3701.1012	<b>CRAS MALHADA DE PEDRA</b> Endereço: Vila Malhada de Pedra, s/n- 3º Distrito, Telefone: 3711.2021

<sup>9</sup> A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2017)



<b>CRAS SALGADO</b> - Endereço: rua Manoel Martins de Araújo,593- Salgado. Telefone: 3722-9673	<b>CRAS XICURU</b> Endereço: Vila Xicuru, s/n, 4º distrito Telefone: 3712.7819
<b>CRAS CENTENÁRIO</b> - Endereço: rua Profa. Ma. Emília, 460- Centenário Telefone: 3721.1611	<b>CRAS PAU SANTO</b> Endereço: Rua João Bezerra, s/n, 1º distrito. Telefone: 3721.3041

(Quadro organizado pelos autores)

Já referente aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS que são divididos em serviços de média e alta complexidade, Caruaru comporta 3 (três) unidades deste serviço, que é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel oferecer serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos como violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado e etc (BRASIL, 2017). Abaixo destacamos os endereços dos CREAS de Caruaru:

**Tabela 3.** Quantidade de CREAS no município de Caruaru

<b>CREAS MSE (Medida Socioeducativa)</b> Endereço: Av. José Rodrigues de Jesus, 294 - Indianópolis, Caruaru - PE, 55024-000;	<b>CREAS MUNICIPAL</b> R. Felipe Camarão, 61 - Nossa Sra. das Dores, Caruaru - PE, 55004-350
<b>CREAS (CENTRO POP)</b> R. Alferes Jorge, 288 - Indianópolis, Caruaru - PE, 55024-131	

(Quadro organizado pelos autores)

Conforme destacado no capítulo anterior, a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS) tem como objetivo geral:

Institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação. (BRASIL, 2013, p. 27)

Composta por vários objetivos e diretrizes a PENE/SUAS é uma política social que avança significadamente na perspectiva da implantação de capacitação para a qualificação e aprimoramento do trabalho no âmbito do SUAS.

Nesse sentido, cabe a Asces-Unita, contratada para a sua execução no Estado de Pernambuco, seguir as diretrizes necessárias para boa execução do programa e pôr em prática um dos objetivos da PNEP sobre a importância de uma instituição de educação estar à frente da execução deste programa de capacitação continuada:

Consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social a partir da aproximação entre a gestão do SUAS, o provimento dos serviços e benefícios e instituições de ensino, pesquisa e extensão, potencializando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos. (BRASIL, 2013)

Com isso, a política de educação permanente pretende oferecer respostas às demandas do dia a dia no trabalho do SUAS, por meio da oferta de qualificação permanente dos(as) trabalhadores(as) para enfrentamento dos desafios diários postos para a efetivação dos serviços socioassistenciais, da excelência na gestão e no controle social do SUAS, especialmente no momento de desmonte dos direitos em que se encontra a classe trabalhadora com as políticas públicas sendo alvo de retrocessos. Um exemplo disso, é o recuo na dinâmica de atividades da RENE/SUAS, com vistas a fortalecer as ações de Capacitação do SUAS no Brasil.

Sem deixar de dar o devido destaque as dificuldades enfrentadas na gestão dos recursos para as políticas sociais inseridas no tripé da Seguridade Social - Saúde, Previdência e Assistência Social – garantidas pela Constituição Federal de 1988. Para Behring & Boschetti (2006) embora seja muito importante a garantia dos recursos na constituição ainda existe uma expressiva concentração e centralização dos referidos recursos, contrariando a orientação constitucional da descentralização. Pois acabam por ficar concentrados na União e com maior destinação de recursos para pagamento da dívida pública, juros, encargos e amortizações, rubrica, ou seja, ultrapassando a destinação do recurso para seguridade social. Problema agravado

pela irregularidade em relação ao repasse do financiamento na esfera pública nos últimos anos, principalmente a assistência social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006)

Nesse contexto de desafios é importante destacar a conquista pela ASCES-UNITA, ao sediar no interior do agreste de Pernambuco um programa de caráter nacional de capacitação e formação continuada para os trabalhadores(as) e conselheiros(as) do SUAS. Sua inserção ocorreu, inicialmente, por iniciativa do curso de Serviço Social em 2015, na Rede Nacional de Educação Permanente (RENEP)<sup>10</sup> ficando assim habilitada a concorrer nos vários processos licitatórios realizados pelos Estados do Brasil para assumir a execução dos processos de formação previstos na PNEP.

Essa habilitação motivou a Ascес-Unita a concorrer ao processo licitatório 121/2015, e ganhar a concorrência de qualidade e preço para a execução do programa CapacitaSUAS/PE, realizando as atividades de capacitação para as equipes da política de Assistência Social dos 184 municípios do Estado e do distrito de Fernando de Noronha. (Termo de Referência, 2015)

No que diz respeito à execução do programa, a Ascес-Unita tem o compromisso de dar conta das inúmeras estratégias e normas de procedimentos já estabelecidas na PNEP no que se refere ao CapacitaSUAS, que deve ter caráter contínuo de formação, nivelamento dos percursos formativos, foco no aperfeiçoamento e aprimoramento, gestão compartilhada, monitoramento das ações de formação e capacitação, deve desenvolver propostas que contemplem a

---

<sup>10</sup>Rede Nacional de Educação Permanente (RENEP) –É uma rede de capacitação e Educação Permanente do SUAS, constituída por Instituições de Ensino Superior – IES, Escolas de Governo e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IF, para participarem do esforço de capacitação dos trabalhadores do SUAS. Sua atuação envolve ações de capacitação, com vistas à melhoria da qualidade da oferta e a eficácia dos serviços socioassistenciais, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas, metodologias e abordagens necessárias para efetivar a proteção social de famílias e pessoas pobres ou socialmente vulneráveis. (BRASIL, 2017)

diversidade, integrar e alimentar o sistema de informação e gestão e realizar planejamento coletivo das ações do programa. (SIGAS, 2016)

Além dessas diretrizes, o CapacitaSUAS/PE exige um cumprimento de metas previstas pelo Governo de Pernambuco e Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, cujo quantitativo total é de 11.400 (onze mil e quatrocentas) vagas distribuídas conforme detalhadas abaixo.

**Tabela 4.** Cursos previstos do CapacitaSUAS/PE e metas por curso

<b>CURSOS PREVISTOS</b>	<b>META POR CURSO</b>
Atualização em gestão financeira e orçamentária do SUAS	600
Introdução ao exercício do controle social do SUAS	500
Atualização sobre especificidade e interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	850
Atualização sobre a organização e a oferta dos serviços de Proteção Social Especial	850
Atualização em formulação de Plano Municipal de Assistencial	750
Atualização em Vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	700
Preenchimento do cadastro único para programas sociais do Governo Federal	650
Gestão do cadastro único e do Programa Bolsa Família	650
Ofinicas ou Seminários: Temáticas pertinentes ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS	1.050
Cursos de Ensino a Distância (EAD)	4.800
<b>TOTAL GERAL METAS</b>	<b>11.400</b>

(Quadro extraído do Edital CapacitaSUAS/PE - SAD 2015)

Mas no total, dentre todas as modalidades, serão ofertadas 11.400 vagas distribuídas nos cursos acima descritos, além de outras que surgiram para atender as necessidades demandadas por cada polo no Estado de Pernambuco. No que diz respeito aos polos, a fim de melhor atender os municípios do Estado, quais sejam: Recife (Região Metropolitana do Recife e Mata Sul), Carpina (Mata Norte e Agreste Setentrional), Caruaru (Agreste Meridional e Central), Serra Talhada (Sertão do Pajeú, Moxotó, Itaparica e Central) e Petrolina (Sertão São Francisco e Araripe) (Termo de Referência - 2015).

Referente aos cursos ofertados, seja de introdução ou de atualização, é importante observar que os conteúdos são definidos pelas diretrizes curriculares nacionais e adaptados as necessidades da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais, prioritariamente, para as funções de gestão no âmbito do SUAS.

### **2.1 Processo de execução: problemas e dificuldades encontrados e quais as ações saneadoras adotadas pela coordenação do programa (Asces-Unita)**

Inicialmente foram realizadas inúmeras reuniões de planejamento com toda a equipe técnica, pedagógica e coordenação geral do CapacitaSUAS/PE para programação das primeiras atividades do programa de março a agosto. De acordo com o primeiro relatório de execução do Programa, foram encontradas algumas dificuldades específicas no processo de cumprimento das atividades, quais sejam: 1) mobilização das equipes municipais; 2) não comparecimento de inscritos/as às capacitações; 3) deslocamento das equipes técnicas, docentes e materiais da capacitação; 4) hospedagem (ASCES, MAIO A AGOSTO/2016).

Os relatórios do Projeto apontam para uma dinâmica de execução cujas dificuldades, bem como as estratégias para dirimi-las foram temas tratados na dinâmica de acompanhamento e avaliação envolvendo tanto a equipe técnica e pedagógica da Asces-Unita, quanto a equipe da Gerência de Projetos e Capacitação (GPS) da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), mais especificamente a gestora do contrato de execução.

No tocante as dificuldades no processo de mobilização e alternativas para o enfrentamento das mesmas, pode ser observado nos relatórios de execução:

O processo de mobilização, registramos que, inicialmente, ele foi realizado por meio do SIGAS-PE e do envio de ofícios endereços eletrônicos dos (as) gestores (as) da Assistência Social dos municípios, fornecidos pela SDSCJ. Contudo, diante da identificação de endereços eletrônicos desatualizados ou com problemas, as

técnicas sociais precisaram investir um longo período de tempo para realizar e efetivar contato telefônico com gestores/as e equipes técnicas da Assistência Social dos municípios, visto que algumas vezes os (as) gestores (as) não repassam as informações para os (as) técnicos(as). Tal situação gerou um custo não planejado para o projeto, bem como contribuiu para o não cumprimento de metas nas primeiras atividades. A partir da realização dos cursos nos polos, as técnicas sociais foram confirmando contatos que já dispunham ou identificando novos contatos para informar sobre as próximas capacitações (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

O registro acima coloca uma questão importante para a execução de um processo de formação na modalidade presencial, que é a capacidade de articulação dos(as) trabalhadores(as) das equipes municípios. Esse é um aspecto essencial para boa execução dos serviços, visto que a IES executora, no caso a Ascés-Unita, não tem e nem deveria ter articulação política necessária para mobilizar gestores(as) a fim de disponibilizem suas equipes a ficar fora dos serviços por uma semana, seja pela escassez de técnicos(as) nos serviços da assistência, seja por não julgarem importante tal processo.

Conforme pode ser observado no primeiro capítulo, a educação permanente foi uma bandeira levantada pelas conferências, mas a gestão da assistência nos municípios nem sempre é contemplada por profissionais que conhecem e defendem a Assistência Social como política de direito, e para realizar assistencialismo, não se faz necessário o investimento em capacitação.

Ainda sobre articulação e mobilização um outro elemento que dificulta é a situação em que técnicos(as) se inscrevem para os cursos, fazendo crer que as vagas foram preenchidas, exigindo da execução todo um investimento para contratação da logística e, na execução do curso esse número cai em torno de 10 a 15%, visto que alguns inscritos não compareciam as capacitações. Tal situação foi sendo enfrentada com estratégias como a elaboração de um documento onde foi destacada a importância da participação das equipes trabalhadoras do SUAS nas capacitações e a relevância do cancelamento da inscrição com antecedência para evitar gastos desnecessários ao Programa (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

No processo de observação permitida na dinâmica de estágio no programa chama a atenção a necessidade de observar quais as razões para evasão dos(as) profissionais nas capacitações, ou seja, é preciso observar o porquê desse quantitativo médio de pessoas que se inscrevem e não comparecem, o que parece apontar para um resultado da crise que tem afetado as políticas sociais e o repasse de recursos para os municípios, provocando o corte de profissionais nos serviços e por isso não sendo possível liberar os(as) profissionais, seja para não parar os serviços, seja pela dificuldade de disponibilizar a sua parte na contrapartida da execução do Programa por meio de recursos para o deslocamento da equipe e outros custos quando do período da realização das capacitações (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

Neste sentido, é possível observar um contraponto, de que forma esses profissionais estão exercendo a profissão, e como ir além da prática meramente técnica, e dialogar com a gestão do serviço em busca de competências absorvidas pela educação permanente para propor, negociar e/ou defender seu campo de trabalho dentro da ética profissional que lhe cabe.

## **2.2 Os desafios do contexto na execução do Programa**

Desde o início da execução do programa CapacitaSUAS/PE pela Ascens-Unita o contexto sofreu fortes variações, seja por situações já previstas como as eleições municipais e tudo que pode ser gerado a partir disso, seja pelo processo vivenciado no Brasil por ocasião do processo de impedimento imposto a então presidenta Dilma Russel do Partido dos Trabalhadores. Embora tenha sido um processo da esfera federal, influenciou e muito a dinâmica da política nos municípios, por ocasião do atraso e dificuldade nos repasses de recursos e por ter alterado processos de fortalecimento e acompanhamento do CapacitaSUAS pelo Governo Federal.

No que concerne ao processo vivenciado por ocasião das eleições municipais foi necessário, nos meses de setembro e outubro do ano de 2016 suspender a realização dos cursos presenciais de 40 horas, e investir um pouco mais na oferta

de seminários, capacitações em serviços-oficinas com carga horária de 8 horas e cursos de Ensino a Distância (EaD) com temas demandados pelos municípios. Mesmo após a passagem das eleições em si, foi identificado um problema ainda maior, quando a equipe ao retornar aos municípios, identificou o desmonte das equipes da Assistência Social, principalmente nos municípios em que os mandatos não foram renovados (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

Essa segunda situação é, ainda mais grave, e remete a um debate necessário quanto a flexibilização do trabalho discutido no primeiro capítulo e que a NOB/SUAS-RH de 2006 aponta a sua emergência, a realização de concurso público que possibilite qualificar o trabalho da política da assistência social nos municípios, tanto pela permanência dos quadros, independente de períodos eleitorais, quanto pelo acúmulo e aprendizado que o município perde quando das trocas e descontinuidades vivenciadas.

No tocante ao contexto das mudanças vivenciadas no âmbito do governo federal, a partir do processo instalado que culminou no impedimento da Presidenta e ameaça a descontinuidade dos rumos da Política vale ressaltar que o CapacitaSUAS é um programa, oriundo da PNEP, é pensado para ser executado com a participação das três esferas de governo. As alterações sofridas no âmbito do MDS, gestor da política impactou fortemente na responsabilidade do mesmo quanto a formação de formadores para as capacitações. Isso ocorreu, dois meses após a assinatura do contrato entre Governo de Pernambuco e Ascens-Unita, em pleno processo preparatório para as capacitações, e a RENEPSUAS suspendeu o cronograma de capacitação de professores/as das instituições de ensino que deveriam atuar na capacitação dos Estados, deixando uma lacuna significativa.

Tal dificuldade foi enfrentada com algumas adaptações, inclusive não previstas anteriormente no âmbito do Projeto e desenvolvido pela Ascens-Unita, ou



seja, foi organizado um processo local de oficinas e reuniões de alinhamento<sup>11</sup> sobre os temas dos cursos presenciais, de introdução e atualização, ofertados no âmbito do CapacitaSUAS/PE. Desta forma a IES assumiu a coordenação desse processo realizando atividades (oficinas e reuniões) envolvendo desde a equipe técnica da IES no programa, gestores(as) da SDSCJ, até a potencial equipe docente. A dinâmica foi sendo consolidada a partir da apreensão das temáticas ofertadas, a exemplo de: Atualização sobre especificidade e interfaces da Proteção Social Básica do SUAS, Atualização sobre o reordenamento dos serviços de Proteção Social Especial, Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS e o curso de Atualização em Vigilância Sociassistencial do SUAS (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

De acordo com a análise identificada nos relatórios da Ascens-Unita foi necessário já nos primeiros meses de execução do programa: junho, julho e agosto do ano de 2016, foi vivenciado o processo de adaptação no desempenho da equipe pedagógica e de coordenação como tema de relevância. Conforme pode ser lido no relatório de execução da Ascens-Unita:

[...] a atuação dessa equipe tem se traduzido no acompanhamento sistemático de todas as atividades do CapacitaSUAS/PE, que engloba desde o momento do planejamento das atividades até a avaliação dos resultados. Tem-se priorizado especial atenção a atuação dos (as) professores (as) e ao retorno das experiências pedagógicas vivenciadas pelos (as) cursistas durante os cursos. Destacamos ainda, a experiência do processo de auto formação da equipe pedagógica, elemento necessário ao aperfeiçoamento da atuação da mesma, estimulando a participação da equipe enquanto cursistas nos momentos de formação em que não estão atuando diretamente como técnica de determinada atividade. Assim também, como momentos de estudos de referências bibliográficas sobre a assistência social (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

---

<sup>11</sup> Nestas reuniões são analisados os conteúdos dos cursos, e quando necessário são realizados ajustes, especialmente na atualização de alguma temática, ou normatizações de conteúdos previstos nos materiais de cada curso. A partir dessa análise são elaborados os planos de aula dos cursos a serem desenvolvidos por dois (duas) professores (as) que atuam por turma.

Conforme pode ser observado, no que tange aos processos e métodos pedagógicas, visto ser um projeto sobretudo de formação, a execução do programa buscou discutir o desenvolvimento das aulas expositivas e das oficinas de aprendizagem que estão previstas na proposta do MDS. Sobre esse ponto, os relatórios apontam uma dificuldade que impacta diretamente nos resultados quando não conseguiu, durante boa parte do período de execução garantir aos cursistas o material produzido por tema de forma impressa, conforme era anteriormente feito.

Ao referir-se aos materiais os facilitadores e a equipe da SEAS, recebem com antecedência os cadernos dos cursos de 40h via e-mail, para estudo prévio. Importante destacar, que anteriormente, antes dos inúmeros cortes que a Política de Educação Permanente vem sofrendo, estes materiais eram entregues aos facilitadores e aos participantes das capacitações impressos e de alta qualidade. O que na execução dificulta o processo de aprendizagem, visto que foi possível identificar através dos estágios o quanto os cursistas precisavam do material impresso. (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Vale destacar ainda a dinâmica realizada após a vivência dos cursos de 40h quando era retomada o encontro com os mesmos representantes do planejamento de cada curso, para o momento de avaliação da realização do que foi planejado. Momentos como esses permitiram um processo de reflexão, sendo possível fazer os ajustes necessários para dar uma maior qualidade nas próximas turmas. Com o envolvimento de gestores(as) do Estado, professores(as) sob a coordenação da Ascés-Unita, incluindo as técnicas sociais, por entender que seu acompanhamento nas aulas lhes conferia a capacidade de contribuir com sugestões e aperfeiçoamento no ponto de vista didático-metodológico, trazendo a visão de cursista e técnica social do programa. (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Esse processo aqui destacado aponta para uma contribuição interessante que as IES podem conferir aos processos de educação permanente no SUAS, que buscou ajustes e novas dinâmicas de formação aderidas pela equipe e gestão do CapacitaSUAS/PE, foi incorporada na organização do programa uma nova didática,

que se refere ao momento de formação dos facilitadores. Importante ressaltar que neste momento foi possível também a participação dos estagiários junto as técnicas sociais, nesta ocasião foi possível observar o processo de gestão.

Busca-se nestas perspectivas de capacitação e alinhamento com as equipes, incorporar temas que transversalizem os conteúdos dos cursos, numa perspectiva de fortalecimento da formação política dos docentes e das técnicas, repercutindo diretamente na formação política dos cursistas. (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Um destaque que os relatórios apontam e conferem a importância da contribuição do trabalho desenvolvido pela Ascés-Unita foi a adaptação do instrumento de avaliação que tem colaborado significativamente neste processo de análise, é o nomeado de “Avaliação Parte Escrita”, que é construído com base nos apontamentos de avaliação dos cursistas através do instrumental “Avaliação de reação”, onde os cursistas relatam sugestões/reclamações e observações no final de cada curso que participou.

Esse processo, gera para a coordenação do programa um material de cunho qualitativo, onde evidencia as expectativas dos cursistas na formação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS por município. Dentro desse instrumento, na parte que se refere a atuação do facilitador em sala de aula, é repassado aos professores(as) como devolutiva para qualificar mesmo e serve de orientação para qualificar cada vez mais as capacitações do programa. Quando necessário, a devolutiva é acompanhada por uma conversa direta com o professor(a) por parte da coordenação pedagógica do Programa (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

Por isso, cabe ressaltar a importância de uma Instituição de Ensino Superior estar à frente da organização e execução de ações de educação permanente, conforme destacado em um dos objetivos específicos da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP, 2013):

Instituir mecanismos institucionais que permitam a participação dos trabalhadores e dos usuários do SUAS, dos conselheiros da

Assistência Social e das Instituições de Ensino, as quais forma a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, nos processos de formulação de diagnósticos de necessidades, planejamento e implementação das ações de formação e capacitação.

### **2.3 A modalidade: Oficina de Capacitação em Serviços como estratégia de educação permanente**

Na estratégia de formação do CapacitaSUAS em PE foi incorporado uma ação de formação em formato mais flexível organizado na rubrica, tanto do ponto de vista da carga horária que pode variar de 16 a 20 horas, quanto na especificação de conteúdo, podendo se aproximar das necessidades mais específicas de cada território e de temas transversais a Assistência Social. Essa ação esta organizada no projeto na denominação de Oficinas e Seminários (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

Nos primeiros meses de execução agosto, setembro, outubro e novembro de 2016, o programa realizou 11 (onze) capacitações em serviço de diversas temáticas, dentre elas Legislação Previdenciária e a Interlocução de Benefício de Prestação Continuada – BPC, Acolhimento Institucional, Metodologia do Trabalho com Famílias, Fluxo e preenchimento dos Instrumentais do PAIF e PAEFI, Apresentação e Funcionalidades do novo Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social – SIGAS/PE e Elaboração de Laudos e Pareceres (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016).

No que se refere as temáticas relacionadas acima, cada uma delas teve um proposito para sua execução, cabe aqui o destaque para a comprovação da importância dos documentos de Avaliação e Reação, pois foi através dele que vários temas foram realizados devido o número de solicitações dos cursistas. Diante da temática de Acolhimento Institucional, observou-se a necessidade de realização da mesma conforme consta no relatório executivo de agosto a novembro de 2016:

A temática Acolhimento Institucional foi fomentada devido ao grande número de solicitação dos profissionais da região, foram tratados os Marcos legais regulatórios e o Estatuto da Criança e Adolescente

(ECA), além das Orientações técnicas para Serviços de Acolhimento para criança e Adolescente; Orientações das atribuições da equipe; Características de um Acolhimento Institucional e o que é Acolhimento; Cultura da Institucionalização e Garantia de Direitos (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Outro exemplo de como surgiram as temáticas para a execução das oficinas acima citadas, foram através de avaliações juntamente com a equipe técnica do CapacitaSUAS/PE, onde visualizaram a necessidade da temática de preenchimento do PAIF – Serviço de Atendimento Integral a Família e o preenchimento do PAEFI – Proteção de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, de acordo com o relatório executivo de agosto a novembro de 2016:

A oficina sobre Fluxo e Preenchimento dos Instrumentais do PAIF e PAEFI foi proposta nas avaliações dos facilitadores com a equipe técnica do CapacitaSUAS após a realização dos Cursos 05 e 06, aonde os profissionais puderam demonstrar a dificuldade de compreensão de alguns aspectos importantes para o preenchimento dos instrumentais desses serviços. Foram discutidos a atualizações em Instrumentais do SUAS- Relatório Mensal de Atendimento (RMA) do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) com seus respectivos Manuais de Instruções (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Neste seguimento de oficinas, observa-se a sua efetividade nesses primeiros meses de execução do programa. Tanto por parte da equipe do CapacitaSUAS/PE quanto pelos cursistas. Isto devido ser uma capacitação com período mais curto, com assuntos específicos e demandados pelas equipes dos serviços, voltado para a uma visão maior da prática e envolvendo mais profissionais da rede, por ter maior liberdade de circular pelos municípios, facilitando assim a participação dos mesmos.

No que concerne a modalidade de seminário, foram realizadas duas temáticas neste primeiro trimestre, o primeiro realizado em setembro com o tema “Práticas do acolhimento a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em Pernambuco”. De acordo com a descrição no Relatório Executivo agosto a novembro 2016:

A temática do primeiro seminário foi pensada para o mês de setembro, no intuito de contemplar o reconhecimento nacionalmente

desse mês, como sendo o da visibilidade LGBT. O evento aconteceu através da parceria do CapacitaSUAS, a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério Público. Ocorrido em Recife, tendo representatividade dos municípios de Itaquitinga, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Olinda, Camaragibe, Limoeiro, Buíque, Paulista, Bezerros, Carpina. O evento, realizado no período diurno, iniciou-se com a mesa de abertura onde estavam presentes do Governo de Estado Sr. Joelson Rodrigues- Gerente do SUAS da SEASS/SDSCJ, representando o Ministério Público Dr. Maxwell Vignoli, o Sr. Jair Brandao representante da Coordenação de Saúde Integral da População LGBT de Pernambuco, representando o Movimento. Leão do Norte Sr. Rildo Veras, representando o Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES – UNITA a Sra. Rosineide Goncalves e representando a Coordenadoria Estadual LGBT Sr. Marcione Menezes (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

O segundo seminário com o tema: “Educação Permanente: Caminhos para o Fortalecimento e Consolidação do SUAS”, realizado em Recife, foi destinado aos profissionais da Região Metropolitana e Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Teve como proposta consolidar o processo de educação permanente no estado de Pernambuco e discutir a importância da educação permanente nos municípios favorecendo assim a troca de experiências nos espaços de capacitação com o intuito de fortalecimento do trabalho SUAS, que teve como propósito dialogar sobre a consolidação da proposta de Educação Permanente, conforme relatado no Relatório:

Propôs fortalecer os processos de educação permanente no estado de Pernambuco; estimular o debate sobre o papel dos municípios na educação permanente do SUAS e por fim favorecer a troca de experiências sobre as estratégias de capacitação nos municípios da RMR e do DEFN e os caminhos para estruturação da educação permanente do SUAS, sendo organizado em dois momentos. A mesa de abertura foi composta por representantes da Prefeitura Municipal do Recife – PCR; Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES / UNITA; Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social - GEPAS / UFPE; Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ/Governo de PE e Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS. Após a mesa de abertura iniciou-se o primeiro momento, uma roda de diálogo na perspectiva do compartilhamento de experiências, assim Geruza Felizarda e Robélia Lopes - (SDSDH), dialogaram sobre a construção da Educação Permanente da Assistência Social pelo município de Recife. Sr. Joelson Rodrigues - (SDSCJ) falou sobre a

Educação Permanente do SUAS e a experiência no Estado de Pernambuco. Juliene Tenório - (ASCES-UNITA) abordou a temática do papel das IES na Educação Permanente do SUAS: Experiência no Estado de Pernambuco. A palestra sobre Educação Permanente do SUAS e Relevância da Construção dos Planos Municipais foi proferida, por Miriam Albuquerque (UNB) (ASCES, MARÇO A AGOSTO/2016)

Foi realizado na data 16 de março de 2017 o I Encontro Estadual de Gestores(as) da Assistência Social, com o tema: “Os desafios para os novos(as) Gestores(as) Municipais: Administração qualificada e profissionalizada do SUAS”, foi pensado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), e sua Executiva de Assistência Social (SEAS), contou com a parceria com o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social –COEGEMAS/PE e do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, no âmbito do programa CapacitaSUAS/PE.

O seminário iniciou-se com a apresentação do grupo cultural do Lar Ceci Costa, posteriormente com a formação da mesa de abertura na qual esteve presente, Sr. Roberto Franca (Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude –SDSCJ), Sra. Socorro Araújo (Secretária Executiva de Assistência Social), Sra. Ana Rita Suassuna (Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Pernambuco –COEGEMAS/PE), Sra. Rosineide Gonçalves (Representante da ASCES-UNITA, executora do Programa CapacitaSUAS/PE), Dr. Maxwell Vignoli (Promotor de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco), Sra. Ana Célia (Vice-presidente da Associação Municipalista de Pernambuco –AMUPE), Sra. Zélia Tavares (representante do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), Sra. Suely Cisneiros (Secretária Executiva do Sistema Socioeducativo e apoio aos conselhos), Sr. Luiz Humberto Cordeiro (Secretário Executivo de Gestão da SDSCJ) e Sr. Sergio Moura (Secretário Executivo da SDSCJ) (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

Neste espaço, conforme destacado no relatório de execução novembro de 2016 a março de 2017, a Secretaria Executiva de Assistência Social Socorro Araújo,

pontuou os seguintes processos no que se refere a execução do Sistema Único de Assistência Social em Pernambuco:

Socorro Araújo, explanou sobre o SUAS em Pernambuco, iniciando sua fala com o destaque para o quantitativo de novos gestores na Assistência Social de Pernambuco, no qual de 185 municípios, 137 são compostos por novas equipes e gestores(as), motivo pelo qual priorizou apresentar o modelo de gestão do sistema, o marco legal da PNAS, e indicadores com as quantidades de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV presentes hoje nos municípios do Estado. Finalizou sua apresentação com informações importantes para Assistência Social em 2017, encaminhando todos(as) para se dirigirem às salas externas, onde estavam os balcões de informações compostos pelas equipes da Secretaria Executiva de Assistência Social, para prestar-lhes informações sobre os serviços e programas de atuação da SDSCJ (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

No segundo momento, a palestra seguiu com a fala da Profa. Dra. Iêda Castro, que dialogou sobre “O atual Cenário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, com a mediação da Sra. Socorro Araújo e a Sra. Ana Rita Suassuna.

Na palestra, refletiu sobre os seguintes pontos:

Assistência Social como direito; o legado deixado para os novos gestores; tarefas para esses novos gestores; o atual cenário, os desafios e alternativas. A mesma explicou a diferença das nomenclaturas “Assistência Social” e “Ação Social”, para que os novos gestores fortaleçam a Assistência Social como direito e não como filantropia, voluntarismo ou algo pontual. Explicou sobre as competências dos Estados e União, bem como a importância dos três pilares do SUAS no município (Gestão do trabalho, Vigilância Socioassistencial e Gestão Técnica). Referente ao atual cenário, explanou sobre as ameaças de desmontes dos Sistemas Públicos (SUS, SUAS e Previdência), a quebra do pacto instituído na Constituição Federal de 1988 e as projeções de mais empobrecimento e pressão para os governos locais (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

Com relação aos desafios atuais, na área organizacional, foram destacados: formar equipes de gestão e referência; realizar diagnóstico socioterritorial; planejar com a participação de todos a partir dos territórios de assistência social; garantir um



orçamento compatível com o SUAS; verificar o cofinanciamento das três esferas de governo; fazer a gestão financeira dos recursos (receita/despesas).

Neste aspecto também foi apresentado como alternativas para esses desafios, a busca de legitimidade no Conselho Municipal de Assistência Social e no processo de conferências, a educação permanente, a organização coletiva dos gestores/fortalecimento do COEGEMAS, a parceria com órgão estadual para buscar conjunto de soluções dos problemas, e monitoramento, e a articulação com as demais secretarias do município (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

#### **2.4 Acompanhamento dos cursos**

Conforme exposto no relatório executivo do CapacitaSUAS/PE, o processo de planejamento acontece com apoio das coordenações geral e pedagógica do Programa. A execução dos cursos e oficinas são de responsabilidade das equipes administrativas, coordenação pedagógica e técnicas sociais do CapacitaSUAS/PE. Já o acompanhamento ativo da sala de aula nos cursos de 40 horas, é de responsabilidade da equipe das técnicas sociais para elaboração de relatórios posteriormente (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

A avaliação dos mesmos é realizada envolvendo todos os atores: dos cursistas, quando da finalização dos cursos; dos professores, equipe do governo, técnicas sociais e coordenação pedagógica e geral do programa (ASCES, NOVEMBRO/2016 A MARÇO/2017).

## **CAPÍTULO 3 - O CAPACITASUAS/PE COMO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE**

No terceiro capítulo, conforme já explicitado no processo metodológico, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais da rede socioassistencial de Caruaru que participaram dos cursos do CapacitaSUAS/PE até dezembro de 2016<sup>12</sup>. A definição por esse critério de inclusão considerou o período que os(as) profissionais já vivenciaram um período pós curso, que permite avaliar a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos. Ao todo, foram realizadas 6(seis) entrevistas, com as quais analisamos e extraímos as informações apresentadas a seguir.

Antes de adentrar no resultado das entrevistas, vale lembrar que o princípio motivador da pesquisa era buscar junto aos profissionais entrevistados(as) compreender de que forma o CapacitaSUAS/PE tem contribuído para qualificar sua atuação na Assistência Social, compreendendo a mesma na perspectiva da Educação Permanente.

### **3.1 Perfil dos(as) entrevistados(as)**

A quantidade de entrevistas realizadas nesta pesquisa foram 06 (seis) pessoas que se dispuseram a participar. Eram todas do sexo feminino, sendo 05 (cinco) Assistentes Sociais e 01 (uma) Psicóloga. Todas atuam nos serviços socioassistenciais de Caruaru, sendo que 04 (quatro) são trabalhadoras da proteção básica e duas da proteção especial de Caruaru.

Vale ressaltar que as entrevistadas tiveram seus vínculos na rede socioassistencial de Caruaru mantido, mesmo após as eleições municipais entre outubro e novembro de 2016. O destaque aqui referido deve-se ao contexto vivenciado pelo Projeto e já apresentado nos capítulos anteriores a respeito do

---

<sup>12</sup> Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica no SUAS; Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial; e Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS.

desmonte das equipes em boa parte dos municípios após o pleito das eleições municipais, especialmente naqueles que sofreram mudanças na gestão. Percebe-se no diálogo com essas profissionais que a manutenção das equipes contribuiu para amenizar riscos de descontinuidade dos serviços. A defesa do concurso público é muito importante e compreende parte da defesa apresentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-SUAS), conforme destacado em seu documento:

Através de concurso públicos, conforme atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos planos de assistência social (Nacionais, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços. (BRASIL, 2011)

Conforme pode ser observado essa foi e deverá ser ainda por muito tempo uma das maiores demandas dos coletivos de gestão da PNAS, visto que essa é uma maneira de ampliar a quantidade de profissionais que são capacitados(as) e podem atuar numa prática qualificada alinhada aos princípios e diretrizes da política, sem descontinuidade, contribuindo assim para a consolidação da mesma como política de direito.

Voltando a análise sobre o perfil das entrevistadas, foi identificado que a maioria delas teve acesso a mais de uma oportunidade de capacitação nos cursos de extensão do CapacitaSUAS/PE, ou seja, as seis realizaram os dois cursos voltados ao campo das proteções, tanto da básica quanto da Especial e três delas fizeram, ainda o curso de Vigilância Socioassistencial.

Considerando que o programa oferece várias oportunidades de capacitação e sendo Caruaru uma cidade polo, foi perguntado as entrevistadas quantos cursos do CapacitaSUAS/PE as mesmas participaram, e foi obtido o seguinte resultado:

**Tabela 4.** Quantidade de entrevistados na pesquisa de campo e quantidade dos cursos realizados pelos entrevistados

<b>ENTREVISTADOS:</b>	<b>QUANTIDADE DE CURSOS:</b>
Entrevistada 01:	04 ou mais;

Entrevistada 02:	04 ou mais;
Entrevistada 03:	03 e capacitação em serviço;
Entrevistada 04:	02 cursos e um EaD;
Entrevistada 05:	02 cursos e um EaD;
Entrevistada 06:	01 curso;

(Quadro elaborado pelos autores)

Para melhor compreensão dessa informação aqui apresentada é importante situar que, embora a avaliação da pesquisa esteja preocupada com a contribuição dos cursos realizados até dezembro de 2016 nas temáticas apontadas acima, as entrevistas ocorreram no período de agosto a setembro de 2017, fazendo com que a informação aqui apresentada refira-se a um período de 15 (quinze) meses de projeto e, conseqüentemente, com mais atividades acessadas.

Uma das atribuições da Asces-Unita nesse contrato é mobilizar os participantes e, conforme já destacado em capítulo anterior, esse foi e é um grande desafio da execução. Buscando entender melhor essa tarefa a pesquisa buscou respostas para a seguinte questão: **“como se deu o processo de conhecimento da formação e liberação para participação nos cursos?”** Onde foi possível visualizar as várias formas que chegaram para as pessoas das equipes a informação sobre as atividades, quais sejam: “Através de amigos, da internet e do equipamento onde trabalho”; “ através do grupo de WhatsApp que faço parte e por e-mail”; “Internet e Facebook do LEPPS”; “pela secretaria de Assistência e das técnicas do Capacita”.

Ao referir-se ao grupo de WhatsApp, as entrevistadas estão falando de uma estratégia utilizada pelas técnicas sociais do Programa, contratadas pela Asces-Unita que, a cada curso, adicionam os contatos dos(as) cursistas a um grupo geral, formando assim um tipo de rede para informações sobre o Programa, trocas de experiências, processo de organização e articulação entre os serviços, ou seja, é possível enxergar uma estratégia que pode vir a contribuir com o fortalecimento do SUAS.

No depoimento de uma das entrevistadas foi possível identificar que, por

vezes, o processo de liberação para a participação de capacitações também se diferencia de gestão para gestão do serviço:

“Bem, eu fiquei sabendo pela a diretoria, pois ela sempre libera uma quantidade por equipamento [...] então ela faz a distribuição e neste curso de PSE eu fui por que outras pessoas já haviam feito então na vez eu estava pra fazer e também **tinha a disponibilidade de fazer a semana toda, por que tinha alguns profissionais que tem outros trabalhos e não tinha como fazer essa carga horária e conciliar**, então eu tinha essa disponibilidade ai eu fiz” (ENTREVISTADA 01).

O depoimento dessa entrevistada revela um elemento que tem se mostrado como uma situação recorrente na assistência que é a fragilidade dos vínculos nos municípios e os baixos salários pagos na assistência tem obrigado profissionais a manter de dois a três vínculos com diferentes municípios. Tal situação tem sido pauta de estudos sobre o trabalho, especialmente dos Assistentes Sociais, e tem apontado o desafio para a qualificação da atuação profissional e para a saúde dos(as) trabalhadores(as).

Outra situação percebida no processo das entrevistas, foi a importância de melhorar a articulação entre a Secretarias de Assistência Social do Estado com as secretarias municipais de Assistência Social, o que ampliaria sobremaneira esse processo de articulação e mobilização para a Educação Permanente. Há, também, uma dificuldade de comunicação quando os(as) secretários(as) por vezes, não repassam para as coordenações dos serviços a informação sobre as oportunidades de capacitação e temáticas ofertadas, seja porque não visualizam os ofícios encaminhados por e-mail, ou porque não compreendem a importância da qualificação para o bom desempenho da política. Os discursos, de maneira geral, são investimentos pessoais dos(as) trabalhadores(as) e não tem rebatimento no trabalho das equipes.

Quanto a esse último elemento que versa sobre a compreensão da estratégia da capacitação como um investimento pessoal e profissional, observa-se a necessidade de pensar meios de multiplicação dos conhecimentos, ou seja, como essa estratégia pode e dever ser socializada junto as equipes municipais que não participaram da capacitação e garantir uma dinâmica interna ao município no

processo de Educação Permanente.

### **3.2 Contribuições do CapacitaSUAS/PE para a atuação dos trabalhadores do SUAS em Caruaru**

Conforme destacado nos capítulos anteriores, a Política Nacional de Educação Permanente – PNEP do SUAS tem como um dos seus importantes eixos o programa CapacitaSUAS, cujo objetivo geral é:

Oportunizar aos gestores, trabalhadores e conselheiros da Assistência Social o acesso à qualificação, aos conhecimentos, aos conteúdos atualizados, desenvolvendo habilidades e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, na perspectiva de contribuir para a efetividade da política de proteção social não contributiva. (SIGAS, 2017)

Portanto, é o CapacitaSUAS que materializa a estratégia da PNEP/SUAS no tocante a realização dos cursos de extensão, seja de introdução, seja de atualização para formação e capacitação dos (as) trabalhadores (as) da rede socioassistencial do Estado a fim de cumprir o que preconiza seus objetivos, especialmente: “Criar mecanismos que gerem aproximações entre as manifestações dos (as) usuários(as) e o conteúdo das ações de capacitação e formação” (BRASIL, 2013).

Nesta perspectiva, analisam-se as respostas adquiridas nesse tópico, para a verificar como CapacitaSUAS/PE tem contribuído para a atuação dessas profissionais na rede socioassistencial do município de Caruaru.

Cada uma das entrevistadas trouxe um pouco de sua realidade no serviço de forma particular, pontuando as dificuldades que as políticas sociais se encontram hoje na atual conjuntura do país.

De acordo com a Entrevistada 01, ao analisar a prática após a participação nos cursos, foi possível obter resultados de qualificação mais amplos que apenas informações pedagógicas, mas também uma emancipação do trabalhador e também do próprio usuário.

“Assim, todos nós somos capacitados para trabalhar de alguma forma, mas **uma formação continuada digamos que além de melhorar o serviço**, o equipamento em si, qualifica o usuário também, pois ele também faz parte desse setor, então o

CapacitaSUAS para quem realmente vai a busca, ele **abre outra visão, até como eu estou como profissional até assim, a um auto avaliação do profissional ele é visto nas formações**" (ENTREVISTADA 01)

Para a entrevistada 02 a capacitação ajuda a interligar a teoria e a prática e, assim, fortalece os(as) profissionais para enfrentar as dificuldades do trabalho cotidiano das políticas sociais.

Que esses cursos cada dia mais venham a ser aprimorados, contribui bastante no nosso fazer profissional [...] o curso ajuda no desempenho desse profissional, assim, acho que só vem a contribuir, **tanto na formação profissional, quanto na prática, porque hoje, qualquer desafio, seja na assistência, na saúde ou na previdência, eu enfrento, eu não tenho problema.** [...] Eu vim para assistência e é um leque grande de possibilidades e de demandas, [...] você se sente preparado e acho que essas informações vêm positivamente só a contribuir bastante" (ENTREVISTADA 02).

Compreender a importância da formação profissional, é importante destacar que os cursos do CapacitaSUAS/PE, aqui avaliados seus efeitos, tem como finalidade a atualização sobre as suas temáticas específicas, portanto, não tem o dever de suprir lacunas da formação acadêmica dos profissionais e sim tem o papel de qualificar e fortalecer o trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Durante a vivência de estágio, quando da participação nos cursos e no processo de avaliação e monitoramento do Programa, essa compreensão pode ser verificada no depoimento dos(as) professores(as) a respeito da cobrança de informações pelos(as) trabalhadores(as) que deveriam ter sido acessadas durante sua formação acadêmica. Tal contexto exigiu, muitas vezes, adequação dos conteúdos trabalhados gerando mais tempo nas capacitações para atender a necessidade de cada turma.

A Entrevistada 05 chama a atenção para a importância dos cursos no sentido de qualificar a prática aproximando o fazer profissional com o que está preconizado na Política.

Eles contribuem pra gente ampliar o nosso olhar sobre a atuação,

né? Teve algumas coisas bem interessantes **nesse curso de proteção social especial que a gente sabe que é difícil e eles mostraram como a gente tem que trabalhar**, mas que a gente trabalha hoje diferente, né, aquela diferença entre a prática e a teoria, então assim, **tá eu sei como eu tenho que trabalhar, tá ali na política, mas na prática os serviços eles não favorecem essa execução correta do serviço, então ele consegue atender isso**, se a gente conseguir cumprir essa proposta que é realmente reciclar, ampliar o conhecimento do profissional, sim. por que assim, o curso de controle social eu também amei ele, por que ele me ampliou outros horizontes em relação ao nosso papel no controle social desses serviços, então eu já sabia, mas esse curso fez com que eu ampliasse, eu amei. (ENTREVISTADA 05)

Para a entrevistada o curso ajuda a recuperar o compromisso em realizar os preceitos da política na execução dos serviços que, na dinâmica do cotidiano e com as dificuldades enfrentadas pela assistência são esquecidos.

Outro ponto destacado pela Entrevistada 05 foi a carga horária dos cursos de 40 horas devido à grande importância do tema abordado, onde afirma: “acho até pouco as 40 horas. É uma capacitação, a gente tem que estar aberta a isso, é cansativo, mas é necessário. Por vezes não se dá conta do conteúdo, é muita coisa”. Neste aspecto é importante destacar que a carga horária dos cursos de extensão, introdutória ou de atualização, estão previstas no documento da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP:

Sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 20 e 40 horas/ aula de duração, que tenham por finalidade promover o nivelamento de competências basilares ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas. Sobre Capacitação de Atualização [...]com carga horária entre 40 e 100 horas/aula de duração, as quais tenham por finalidade atualizar e manter as competências necessárias ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas (PNEP, 2013, p. 43).

Estas modalidades dispõem para esses trabalhadores processos de capacitação que promovam debates nas salas de aula sobre a prática profissional e a teoria estudada no curso. Entender que a prática precisa andar de mãos dadas com a teoria é algo extremamente relevante para tentar compreender de que forma



pode-se assimilar o processo de educação permanente através de um dos eixos de capacitação executado pela Asces-Unita.

Neste processo de aproximação da teoria com a prática, a Entrevistada 06, comentou sobre o seu processo de aprendizagem no curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS.

Na época quando eu trabalhava no CRAS, a prática quanto ao serviço de vigilância socioassistencial **me fez refletir alguns preenchimentos de formulários, por exemplo, onde você deveria ter mais atenção e compreender aquele quantitativo e como se dá a importância da vigilância socioassistencial no município.** Então visualizei como eu estava distante realmente daquela realidade, após a participação no curso fiquei mais próxima da compreensão do setor. **A gente pensa que só quem trabalha na vigilância deve saber, ou só o gestor que deve saber a gente faz parte desse processo quantitativo, ele é da gente também** (ENTREVISTADA 06).

A entrevistada aponta que o conhecimento adquirido nos cursos contribui para ampliar o sentimento de pertencimento dos(as) trabalhadores(as) com a política e sua importância. O setor de Vigilância Socioassistencial é uma estratégia da PNAS que busca qualificar a mesma como uma estratégia de gestão do serviço e de desempenho e função dos(as) trabalhadores(as).

Neste tópico foi possível identificar que o papel da Educação Permanente busca garantir ao trabalhador do SUAS o conhecimento necessário para o desenvolvimento de seus serviços com qualidade e eficácia, buscando aprimorar também o processo de gestão desse sistema que conseguiu atingir o resultado esperado. Mesmo com tantos desafios, o CapacitaSUAS/PE trouxe para a prática dos profissionais do SUAS, ações inovadoras e novas perspectivas de trabalho, através da disseminação do conhecimento e do desenvolvimento profissional.

### **3.3 Contribuições do CapacitaSUAS/PE para proposta de Educação Permanente**

Neste tópico será analisado como o CapacitaSUAS contribui para a proposta que a Educação Permanente do SUAS defende. Na Entrevistada 01 foi possível identificar a importância do conhecimento sobre articulação em rede, conforme

relata a entrevistada:

A grande proposta é da gente ter uma visão ampla de todos os seguimentos, aquela questão também de articulação com toda rede. Além disso tem o debate em sala, **tem a história de vida de cada profissional, de cada equipamento, de cada cidade e tem uma construção de rede.** Se no meu município está dando certo determinada situação, eu posso implantar em outro município (ENTREVISTADA 01)

A entrevistada associa a questão sobre a educação permanente ao processo articulado de capacitação e de fortalecimento de rede. Destaca ainda o quão é importante como o CapacitaSUAS contribui para trabalhar em sala a reflexão sobre o fazer profissional na Assistência Social.

Para a entrevistada 02 a proposta de capacitação permanente no SUAS, afirma esse compromisso do CapacitaSUAS/PE:

Eu acho que é pertinente e deve ser continuado, a gente necessita de se capacitar, de estar atualizado, por que as políticas mudam constantemente no dia a dia e atualmente vem modificado a cada dia, assim a gente pode garantir o melhor atendimento, garantir ao usuário os seus direitos.

O depoimento da entrevistada remete a um objetivo específico da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP, quando:

Desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e **qualidade continuada** da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais (*grifo nosso*).

É possível deparar-se nas entrevistas, sobre a compreensão das profissionais no que se refere ao processo de atendimento nos serviços e como esse processo interfere diretamente na vida desses usuários. A Entrevistada 03 destaca:

Aqui no CRAS mesmo cada usuário tem a sua ficha e se você não parar pra compreender, para refletir a sua prática ali com a teoria você vai acreditar que aquela situação é a mesma de Maria e de José por ser uma mesma história, em um mesmo contexto, embora eles estejam em situação de vulnerabilidade, mas não é. Não é forma de bolo de jeito nenhum, são situações diferentes então acredito que o curso de PSB por exemplo ele traz muito isso de atualizar informações, de contribuir para alguns profissionais aquela

lacuna entre a formação acadêmica e a atuação (ENTREVISTADA 03).

Para a entrevistada no atendimento dos serviços, especialmente os que são porta de entrada da Assistência Social, devido a rotina, os profissionais acabam analisando superficialmente as situações. Tal situação é apontada por alguns autores como resultado da precarização no trabalho causada pelo capitalismo contemporâneo. Sobre esse ponto, afirma FREITAS, sobre indicadores:

**Intensificação do trabalho e terceirização** – Os padrões de gestão e organização do trabalho tem intensificado o trabalho, levando a condições extremamente precárias, além de imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc. A terceirização é sustentada por uma gestão de medo, nas formas de abuso de poder, através do assédio moral, pela desproteção social, por um vínculo fragilizado de emprego;

**Insegurança e saúde no trabalho** - Tratam-se das precárias condições de segurança e saúde no trabalho, que são resultados dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas;

**Fragilização da organização dos trabalhadores** - é a dificuldade de organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos, criada, principalmente, pela terceirização (FREITAS, apud Druck 2017, p.35)

Compreender a atual conjuntura e suas problematizações na sociedade também é importante para um processo de aprendizagem, pois trazê-la para dentro da sala de aula contribui bastante para a ampliar a capacidade crítica dos profissionais quanto aos serviços e estimula um processo de mobilização e fortalecimento de uma rede para enfrentamento de tais desafios que acomete tanto as equipes, quanto os(as) usuários(as).

Nesta visão, destaca a Entrevistada 06 no processo de fortalecimento da PNEP:

Bem, a questão da educação permanente, já diz, permanente. Ela deve ser sistemática, o que realmente não acontece, né? Isso depende muito do gestor depende muito da demanda isso depende muito da questão da equipe que muitas vezes nos espaços estão reduzidas, problema esse vindo da atual conjuntura do nosso país. (ENTREVISTADA 06)

Ainda sobre a perspectiva de educação permanente a entrevistada chama a atenção para o ponto de participação nas oportunidades de capacitação e considera um problema.

[...] eu não fiz outro curso apenas o de vigilância socioassistencial e faz mais de um ano, ou seja, me distanciei muito da temática, entende? Muitas vezes o profissional muda de setor, muda de serviço e aí você acaba deixando pra lá, acaba não se reciclando, não persistindo e acaba esquecendo mesmo devido à grande demanda e aí a importância da educação permanente de estar naquela rotatividade dos profissionais que estão nos serviços e haver de fato uma escala, e haver algo que realmente perpassasse os serviços e que todos os profissionais da área da assistência tenha acesso a essa capacitação o que muitas vezes a gente vê é o mesmo profissional de um serviço participando de todas as capacitações e outros que nunca vieram não sei se é a relação intrapessoal no serviço, com o gestor, com o coordenador, não sei se é a confiança de mandar um profissional e o outro ficar no serviço por que realmente aquele consegue levar o serviço nas costas como se diz realmente né? E aí eu não sei o que acontece, mas se percebe que nem todos perpassaram por todos os cursos que o Capacita oferece, no meu caso mesmo, eu só participei do de vigilância socioassistencial então o capacita oferece oito cursos, então... porque a demanda é grande, por que a gente não pode se ausentar do serviço. (ENTREVISTADA 06)

Neste contexto de problematização, sobre a contribuição do CapacitaSUAS/PE para a proposta de Educação Permanente, observa-se a Entrevistada 05, que conclui sobre sua participação no Programa da seguinte forma:

Eu vejo uma ligação e forte contribuição na execução do Capacita junto à proposta de Educação Permanente, por que assim se a gente for fazer uma comparação, em 2010 não existia essa política permanente, então quando eu entrei na assistência social em 2010, 2011, 2012 isso ainda não existia para nós profissionais, então eu vim participar de um curso do CapacitaSUAS nessa proposta em 2013, 2014 que eu morava na época em Recife. Então assim, essa efetivação da política parte também de nós mesmo profissionais, quem vai e quem faz de verdade, eu acredito que ele consegue atualizar esse profissional em uma proposta de reciclar, até por que para quem está na prática a mais tempo já está engessado. (ENTREVISTADA 05)

No contexto de relacionar a prática junto a teoria, a Entrevistada 05 também faz essa reflexão:

Além de **atualizar quem está a mais tempo precisando, quem está entrando agora no mercado participar do Programa também é uma forma de ver o que está acontecendo na prática, por que nos cursos a gente vê também muita prática, muitos exemplos dos profissionais**, embora o professor traga o conteúdo, a prática profissional está sendo sempre colocada e isso é excelente creio que atende sim as propostas da política de educação permanente (ENTREVISTADA 05)

Neste sentido é possível perceber que neste contexto de relacionar a prática profissional na sala de aula reafirma um dos objetivos específicos da Política Nacional de Educação Permanente PNEP:

i) Criar meios e mecanismos de ensino e aprendizagem que permitam o aprendizado contínuo e permanente dos trabalhadores do SUAS nos diferentes contextos e por meio da experiência no trabalho (PNEP, 2013, p. 28).

No geral a proposta de Educação permanente é compreendida pelas entrevistadas como uma estratégia que favoreça uma ação permanente de reflexão sobre a prática, troca de experiências e estudos específicos sobre as diversas temáticas que estão no contexto dos serviços da assistência social. Não se percebe, contudo, uma compreensão sobre como dar seguimento a para a formação de técnicos(as) da política frente aos desafios enfrentados pelos municípios e da maneira de fazer gestão dos mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a execução do programa CapacitaSUAS/PE pela Ascres-Unita, bem como identificar as contribuições que o processo de Educação Permanente por ela vivenciado contribuiu para a qualificação da prática dos(as) profissionais da Rede Socioassistencial de Caruaru.

Após o processo que foi possível ser vivenciado no âmbito de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com todos os desafios de tempo que pode ser considerado é imprescindível afirmar que o estudo conseguiu identificar alguns achados que indicam os desafios da execução, bem como algumas contribuições apresentadas pelas trabalhadoras entrevistadas como resultado da capacitação ofertada pelo Programa nas suas práticas profissionais.

Iniciando pela análise da experiência da ASCES-UNITA como entidade executora da política o que mais é possível destacar é a dificuldade de exercer o papel de mobilizador e articulador dos(as) profissionais do SUAS para a participação nas capacitações, entre outros fatores, porque a natureza de Instituição de Ensino Superior não deve e não tem como assumir um processo de articulação que deveria estar melhor trabalhado pelas instâncias de gestão da Política de Assistência Social, ou seja, na relação entre as instâncias municipais e estadual da política.

Tal situação é agravada pelo prazo em que está estabelecido o calendário de atividades para cumprimento de metas do Programa, visto que, além dos processos eleitorais municipais e suas consequências, sofreu com a descontinuidade provocada pelo impedimento da presidenta Dilma Russef, do Partido dos Trabalhadores, ameaçando mesmo antes e depois ainda mais a continuidade das ações. Embora o desmonte não tenha ainda se consolidado completamente, a mudança sobre a gestão do Governo Federal e os fundamentos que a PNAS deve ter com o plano de desenvolvimento defendido pelos líderes atualmente, tem diminuído o repasse de recursos e ameaçado a continuidades da política.

Em contrapartida, mesmo dentro desse cenário adverso, o programa tem contribuído sobremaneira para ampliar a articulação entre os(as) profissionais e permitido fortalecer uma ideia de rede de debate que poderá fazer alguma diferença

frente a crise que a Política vem enfrentando. Isso é possível, a partir de uma reflexão continua sobre as práticas e as diretrizes preconizadas na política que tem a proteção social como perspectiva de direito, cujo dever de atender é do Estado, conforme objeto de pesquisa, ao buscar compreender de que forma o CapacitaSUAS como estratégia de Educação Permanente, tem contribuído para a qualificação dos(as) trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social.

Por fim, é preciso ressaltar que o CapacitaSUAS/PE é uma das estratégias que busca apoiar a efetividade das ações previstas através PNEP/SUAS, em concordância com seus princípios e diretrizes e que no atual contexto das condições de trabalho e de exploração, a realização do Programa contribui para a importante tarefa de fortalecer a política da assistência, por meio da qualificação dos serviços socioassistenciais.

## REFERÊNCIAS

Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA. *Missão e ensino*. Acesso em 03 de novembro de 2017, disponível em: <http://www.asc.es.edu.br/?p=ensino>

BARBALET, Jack. **Teorias da cidadania**. In BARBALET, Jack. A cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.

BARROCO, Maria Lucia S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Orgs.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti – **Política Social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivete Boschetti – 9ª ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

BRASIL, **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Cidades @*. disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=pernambuco|caruaru|infograficos:-informacoes-completas> Acesso: 22/11/ 2017

\_\_\_\_\_, **Ministério do Desenvolvimento Social. Educação Permanente MDS – Ações de Formação e Capacitação no âmbito do MDS**. *Renep Institucional*., disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/educacaopermanente/index.php?link=1011> Acesso: 21/11/2017.

\_\_\_\_\_. **CapacitaSUAS**, (22 de junho de 2015). Acesso em 16 de outubro de 2017, disponível em mds.go.br: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>.

\_\_\_\_\_, **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do**



Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação permanente do SUAS-PNEP/SUAS**. Brasília, DF: CFESS, 2013.

**Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

COUTO, B. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DEGENSZAJN, Raquel Raicheles *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2011. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Paulo.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

**EM CARUARU, DESEMPREGO AUMENTA 45% EM COMPARAÇÃO AO ANO DE 2016**. Caruaru e Região. 17 de março de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2017/03/em-caruaru-desemprego-aumenta-45-em-comparacao-ao-ano-de-2016.html>. Acesso: 20/11/2017

FALEIROS, Viciente de Paula. **O que é política social** – São Paulo, Brasiliense 2004. (Coleção primeiros passos 168).

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23.

Ferreira, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS;

Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23.

FREITAS, Renata Maria da Conceição de. **A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS: Limites, possibilidades e perspectivas.** / Renata Maria da Conceição de Freitas; orientador Reginaldo Guiraldelli. -- Brasília, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. In: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/140/142>, Acesso em 15/11/2017.

IVO, Anete Brito Leal (Coord.) *et al.* **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, p. 564 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

LONARDONI Eliana *et al.* **Serviço Social em Revista.** CAPITULO: O processo de afirmação da assistência social como política social. Publicação semestral do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Volume 8 – Nº 2. Jan/Jun 2006.

MARCELINO, Paula. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical.** 1. ed. Curitiba: Ed Appris, 2013.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) **Relatório de Programas e Ações do MDS Caruaru – 2017.** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php?localizaDivisao=caruaru&codigo=260410> Acesso em: 15/11/2017.

**Centro de Referência Especializado (CREAS).** Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas> Acesso em: 16/10/2017

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Social Básica**. Disponível [http://www.mds.gov.br/suas/guia\\_protecao](http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao) Acesso em: 12/11/2017

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

Portal MEC – **Educação básica, avanços e desafios**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9260-educacao-basica-brasil-avancos-desafios-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9260-educacao-basica-brasil-avancos-desafios-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 28/10/2017.

Prefeitura Municipal de Caruaru. **Sobre Caruaru**. disponível em: <https://www.caruaru.pe.gov.br/sobre-caruaru> Acesso em 22/10/2017.  
Relatório de Execução novembro/2016 a março/2017

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco – SIGAS/PE**. Disponível em: <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/capacitasuas/> Acesso em 17/11/2017.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Ed. Cortez, p. 663, 2013. São Paulo.

\_\_\_\_\_, A. O. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2004.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Margarido – **Políticas Sociais: Programa Comunidade Solidária e o programa de renda mínima.** In: Planejamento e Políticas Públicas, Nº 12 - JUN/DEZ DE 1995.

Governo do Estado de Pernambuco. **Termo de Referência Pregão Eletrônico Nº 121/2015.**

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.